



Anais da Assembléia

Nº 56

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE MAIO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 42.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 1995
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossini e Walmor Trentini (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Edno Guimarães e Irineu Colombo (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO Nº 012/95

Curitiba, 23.05.95

Senhor Presidente.

O presente documento tem a finalidade de solicitar justificativa de falta do Deputado Irineu Mario Colombo, nos dias 23, 24 e 25 de maio, pelo fato de participar no Processo de Cassação da Prefeita de Vila Alta-PR, e da Campanha "277-Duplicar Já", em Medianeira e Região do Oeste do Paraná.

Certo de seu pronto atendimento, agradeço antecipadamente e reitero votos de consideração.

Sala das Sessões, em 24.05.95

(a) ANGELO VANHONI

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1379

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 (dez) sessões do item 01 (um), 1.^a discussão do Projeto de Lei nº 105/95, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 24.05.95

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 1381

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Tribunal de Contas do Estado, solicitando as seguintes informações e documentos:

1. Últimos concursos realizados pelo TCE;
2. Relação dos aprovados;
3. Cópia do livro com a posse de cada um dos aprovados;
4. Relação nominal dos funcionários, data de admissão, cargos ocupados e vencimentos;
5. Relação dos funcionários nomeados nos últimos 05 anos como Consultor Técnico, Advogado, Engenheiro, Economista, Administradores, Médicos e Oficial de Controle;
6. Comprovação de habilitação de cada uma das funções de nível superior que trata o item anterior; e
7. Folha de pagamento do mês de maio, incluindo todos os funcionários concursados e comissionados do TCE, suas vantagens e gratificações.

Na oportunidade, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 24.05.95

(a) NEIVO BERARDIN

Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e nós, da Comissão Executiva, promulgamos, nos termos do art. 73, da Constituição do Estado do Paraná e inciso

XXXVI, do art. 20, inciso VII, do art. 23 e inciso II, do art. 24, da Resolução 159, de 28 de dezembro de 1990, Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - É escolhido o Doutor Henrique Naigeboren para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, atendendo o que dispõe o artigo 53, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.95

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Pelo que dispõe o art. 53, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado do Paraná, é de exclusiva competência da Assembléia Legislativa, a escolha das cinco primeiras vagas ocorridas após a promulgação da Lei Fundamental do Estado.

Esta escolha tem consonância com o que determina, como competência privativa desta Casa de Leis, o inciso XVII, do art. 54, da Constituição Estadual, citado no art. 53, do ADCT, da Lei Básica do Paraná.

Esta prerrogativa, como é de conhecimento público, foi reconhecida em decisão, recém-exarada, pelo Judiciário.

Assim, fica consolidado não só o direito do Legislativo proceder a escolha, mas o dever de definir, prontamente, a complementação dos Membros do Conselho do Tribunal de Contas do Estado.

De acordo com o § 1º, do art. 77, da Constituição do Estado do Paraná, o ocupante do cargo deve preencher os seguintes requisitos:

- a) ser brasileiro;
- b) ter mais de trinta e cinco anos;
- c) ter menos de sessenta e cinco anos;
- d) ter notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública;
- e) ter mais de dez anos no exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no item anterior; e
- f) ter idoneidade moral e reputação ilibada.

Os três primeiros requisitos devem ser comprovados objetivamente, pois envolvem motivos de idade e nacionalidade.

Os dois seguintes se completam pela atividade profissional desempenhada pelo candidato, a qual deve ser correlata com a função.

Finalmente, o último exige acompanhamento de vida e disposição ética.

No caso, o indicado para escolha do

Legislativo, o Dr. Henrique Naigeboren, não só preenche totalmente o exigido pelo dispositivo constitucional, mas indubitavelmente, ascende os parâmetros definidos pela Lei Fundamental.

O Dr. Henrique nasceu em 15 de junho de 1938 em São Paulo/SP, portanto, é brasileiro e logo estará completando 57 (cinquenta e sete) anos de existência. Constatase que os três primeiros requisitos estão atendidos, pois, o indicado, é brasileiro, tem mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.

Quanto aos prescritos nos itens "c" e "d", supra especificados, o Dr. Henrique os atende totalmente, porque tem a seguinte formação profissional.

- Advogado formado em 1970, pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo/SP.

- Economista formado em 1965, pela PUC/SP.

- Possui Pós-graduação em Direito Administrativo, com tese aprovada sobre "Contratos Administrativos", pela PUC/SP, no período de 1978/1979.

Ante a formação profissional do indicado, dificilmente alguém atenderia com tal magnitude os pressupostos exigidos, contudo, ao se comprovar o atendimento do item "e", torna-se mais evidente que o Dr. Henrique supera os requisitos prescritos para o cargo de Conselheiro do colendo Tribunal de Contas.

O requisito definido no item "e" está a consignar que o indicado comprove o exercício por mais de dez anos na função ou atividade profissional que lhe tenha exigido a utilização dos conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros, contábeis ou de administração pública.

A comprovação é notória, pois na sua atividade profissional, o Dr. Henrique veio a desempenhar as funções de:

- Advogado da Prefeitura Municipal de Curitiba e Assessor Jurídico do Departamento de Patrimônio, no período de 1971/1975.

- Assessor Técnico do Prefeito de Curitiba na gestão do Prefeito Saul Raiz, no período de 1976/1979.

- Assessor Técnico do Prefeito de Curitiba, na gestão do Prefeito Jaime Lerner, no período de 1979/1983.

- Procurador concursado da Prefeitura Municipal de Curitiba desde 1980.

- Procurador Judicial, junto à Procuradoria Geral do Município de Curitiba no período de 1983/1988.

- Assessor do Prefeito de Curitiba na gestão do Prefeito Jaime Lerner, no período de 1975/1978.

- Membro designado para Comissão de Estudos dos Loteamentos Irregulares de Curitiba, no ano 1992.

- Membro da Comissão Técnica do Concurso Público de Procurador do Município de Curitiba, no ano de 1992.

- Membro do Comitê Técnico do Décimo Oitavo Encontro de Procuradores Municipais realizado em Curitiba, no ano de 1992.

- Presidente da Junta Revisora de Enquadramento de Funcionários da Prefeitura Municipal de Curitiba, no ano 1992.

- Secretário do Governo Municipal da Prefeitura de Curitiba, na gestão do Prefeito Rafael Greca de Macedo, no período de 1993/1994.

- Procurador-Geral do Estado do Paraná, junto ao Tribunal de Contas, exercendo atualmente.

O exercício destas funções traz a convicção de que o requisito exigido constitucionalmente está plenamente atendido, pois o indicado, há mais de vinte e cinco anos, está a exercer a função e desempenha atividades profissionais atinentes ao pressuposto contido nos incisos III e IV, do art. 77, da Constituição do Estado do Paraná.

O Doutor Henrique, além de desempenhar tais atividades, veio, para gaúdio do ensino paranaense, desempenhar as seguintes funções docentes:

- Professor Titular de Direito Administrativo, no curso de Administração de Empresas da FESP/PR, no período de 1976/1978.

- Professor Titular de Direito Comercial nos Cursos de Administração de Empresas e Comércio Exterior da FESP/PR, desde 1978 até esta data.

- Professor designado para proceder exames de validação junto à FESP/PR, dos cursos realizados pela Faculdade de Relações Internacionais e Faculdade de Comércio Exterior do Paraná, no ano de 1977.

- Coordenador do Concurso Vestibular da FESP/PR, em 1977.

- Professor-coordenador do primeiro Curso de Especialização em Direito Público, do Instituto dos Advogados do Paraná, no ano de 1980.

- Coordenador do Setor de Estágio Supervisionado em Administração de Empresas da FESP/PR, no período de 1980/1990.

- Chefe do Departamento de Administração e Orçamento da Fundação de Estudos Sociais do Paraná, no período de 1982/1985.

- Coordenador Pedagógico da FESP/PR, desde 1989.

- Vice-Diretor do Instituto de Ciências Sociais do Paraná, eleito para o mandato de 1993/1996.

Além disto, veio a participar de diversos cursos, seminários e ciclos de conferências sobre Direito Administrativo, Processual, Agrário, Tributário e relativo à Administração Pública, tantos que seria até cansativo enumerar.

Também o seu denodo e competência fez com que fosse designado Membro:

- Do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência do Município de Curitiba, no período de 1976/1979.

- Da Comissão Técnica de Prevenção e Medidas de Segurança contra Incêndios, no período de 1978/1979.

- Do Conselho Fiscal da COHAB/CT, nos períodos de 1978/1983, 1990/1992 e 1992/1994.

- Da Comissão Permanente de Fiscalização de Serviços de Pronto Socorro da Prefeitura Municipal de Curitiba, no período de 1982/1983.

- Do Instituto dos Advogados do Paraná.

Por tudo isto, fica manifesto que possivelmente, mais do que ninguém, o Doutor Henrique está a preencher o requisito de ordem constitucional, que exige notório saber em relação às áreas científicas que irá utilizar no desempenho da função de Conselheiro de nossa Casa de Contas.

Quanto à sua idoneidade moral e reputação ilibada, se não fosse notória, serve o nosso aval no que concerne à sua ética, o seu proceder como profissional, como pai, esposo, enfim, como ser humano de conduta da qual não se conhece ou se tem notícia de existir uma nódoa sequer.

Mas, se ainda não for o suficiente, faz-se acompanhar o presente, do apoio da expressiva maioria dos Membros deste Legislativo, o que por si só, seria mais do que bastante para comprovar o atendimento do prescrito no inciso II, do art. 77, da Lei Fundamental do Estado.

Contudo, se ainda fosse necessário mais provas da reputação granjeada pelo indicado, podemos encontrá-las junto aos seus alunos que, ao lhe prestarem inúmeras homenagens, expressaram a comprovação da ilibada reputação do Doutor Henrique, pois entre outras, antes de nós, o ESCOLHERAM como:

- PARANINFO em 1982, 1988, 1990 e 1991.

- PATRONO em 1991 e 1992.

- NOME DE TURMA em 1992 e 1994.

Por assim o ser, se JUSTIFICA "in totum" a escolha do Doutor HENRIQUE NAIGEBOREN como Conselheiro do egrégio Tribunal de Contas do Paraná, instituição que, inenxoravelmente, estará se engrandecendo com a escolha desta Casa de Leis, concretizada na aprovação deste Decreto Legislativo, por ser de inteira e indispensável JUSTIÇA.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 184/95
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a UNIVERSIDADE INTERNACIONAL DA AGRICULTURA AUTO-SUSTENTÁVEL, que terá por finalidade principal coligir todos os trabalhos e experiências na área de agricultura ecológica a nível mundial.

Parágrafo Único - A referida instituição contará com apoio de profissionais multidisciplinares que elaborarão propostas de sustentabilidade dos sistemas agrícolas do Estado do Paraná e traçarão orientações técnicas nas implantações de agroindústrias para os pólos regionais.

Art. 2º - A Universidade Internacional da Agricultura Auto-sustentável será constituída pela dotação de recursos da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Art. 3º - A supracitada instituição será dirigida pelo Estado e contará com um Conselho Geral no qual participarão Faculdades afins e Universidades, instituições de pesquisa, órgãos de extensão e organizações não governamentais.

Art. 4º - Para a implantação da política a ser adotada no setor, será desenvolvido um programa estruturado de Agricultura Ecológica que contará com a participação efetiva da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para a atuação com ênfase em projetos tais como:

- a) Proteção de mananciais;
- b) Abastecimento alimentar;
- c) Educação ambiental.

Art. 5º - O Poder Executivo estabelecerá normas para o registro de produtos ecológicos através dos quais garantirá segurança para o consumidor, estimulando a produção daqueles produtos.

Parágrafo Único - Os agricultores ecológicos receberão apoio, sofrerão fiscalização e serão cadastrados pelo Estado.

Art. 6º - O Instituto Agronômico do Paraná - IAPAR, traçará propostos de pesquisa e a Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, assistirá tecnicamente os agricultores ecológicos e dará assessoramento às associações que se enquadrarem nesta condição, através de técnicos contratados ou alocados exclusivamente na implantação da proposta de agricultura ecológica.

Art. 7º - Serão dadas prioridades pelo Estado para a aquisição de produtos ecológicos "in natura" e industrializados, em

todos os programas que envolvam o fornecimento de alimentos à população.

Art. 8º - Os critérios técnicos da agricultura ecológica poderão ser utilizados no Programa "Vilas Rurais".

Art. 9º - O Estado estimulará as Prefeituras Municipais à implantação de hortões comunitários, bem como feiras de produtos ecológicos, com o propósito de aumentar a produção de alimentos saudáveis e isentos de agrotóxicos.

Art. 10 - Todos os órgãos públicos estaduais ligados ao meio ambiente, pesquisa agropecuária, extensão rural, abastecimento e ensino, deverão ser aglutinados à Universidade Internacional da Agricultura Auto-sustentável, que será o centro para a integração, além de servir como fonte de consultas, formação e divulgação dos trabalhos desenvolvidos nas áreas ligadas à ecologia.

Art. 11 - As organizações não governamentais (ONG's) poderão integra-se à Universidade, organizando agricultores, elaborando planos de atuação, divulgando propostas e oferecendo sugestões.

Art. 12 - Os agricultores e as associações serão contemplados com subsídios financeiros e créditos rurais para aquisição de insumos, equipamentos, máquinas e outros investimentos para infra-estrutura de transporte, armazenagem e processamento.

Parágrafo Único - Os agricultores deverão ser estimulados à compra comunitária de máquinas e implementos agrícolas, o que contribuirá para o desenvolvimento das organizações informais de agricultores.

Art. 13 - A Universidade Internacional da Agricultura Auto-sustentável terá sua estrutura física diversificada, preferencialmente em prédios já existentes de propriedade do Estado, com a sede principal na Capital do Estado.

Art. 14 - O Poder Executivo fará as regulamentações necessárias para a concretização da instituição ora proposta.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Com as graves conseqüências ao meio ambiente e à saúde do homem após a implantação da "Revolução Verde" na agricultura,

vislumbra-se um forte movimento da sociedade para os tipos de agricultura que não agredam os recursos naturais. Para modificar essa realidade do campo, existem correntes que estão voltadas à fabricação de produtos sintéticos, fazendo uso da engenharia genética, como é o caso mais peculiar dos monopólios das sementes e de produtos químicos e existem outras correntes que buscam práticas simples e eficientes de produção.

É certo que os avanços da tecnologia na agricultura evoluam para a sua própria auto-sustentabilidade. Existem indicadores de que os consumidores, dentro de dez anos, poderão ter "produtos limpos", isto é, isentos de agrotóxicos em grande escala.

Observa-se que nas últimas duas décadas, a utilização de agrotóxicos teve um aumento vertiginoso, sendo que o aumento da produtividade agrícola não ocorreu proporcionalmente. Além disso, com o uso excessivo e indiscriminado de agrotóxicos, seus resíduos têm-se acumulado progressivamente na cadeia alimentar e no homem, o qual se encontra no fim dessa cadeia. É natural que se redefina os rumos da agricultura a partir dessas constatações.

Para o Estado do Paraná, que produz aproximadamente 25% dos cereais do país, é imprescindível tomar a dianteira no processo de consolidação da agricultura do século XXI. Para isso, torna-se necessário reunir todos os trabalhos científicos existentes sobre agricultura identificada como auto-sustentável, a nível mundial. É importante também a articulação das instituições governamentais e não governamentais, cujos propósitos estejam sendo desenvolvidos na linha da agricultura ecológica.

A agricultura ecológica é um conjunto de práticas que contribui para a manutenção e recuperação do equilíbrio biológico do solo e da atmosfera, tornando possível a produção vegetal e animal de alta qualidade biológica. O centro da atenção deve ser o homem, uma vez que necessita da utilização do meio ambiente para garantir alimentos sadios às gerações atuais e futuras. Para que isso seja viabilizado, faz-se necessário estimular e dar condições aos agricultores para que preservem o solo e o meio ambiente como um todo, pois são condicionantes básicos na cadeia produtiva. Entende-se por "dar condições aos agricultores" não apenas dar-lhes apoio econômico e logístico, mas também, proporcionar-lhes o acesso à formação e às informações técnicas necessárias.

Tome-se como exemplo, a implantação do projeto de agricultura ecológica ou orgânica, pela EMATER-PR/SEAB, nos Municípios de Quatro Barras, Piraquara e Campina

Grande do Sul, considerados estratégicos do ponto de vista da redução do impacto ambiental na agricultura. Esses municípios estão situados nas áreas de contribuições dos mananciais dos subsistemas de abastecimento de água dos rios Irai e Iguaçu, proporcionando 65% da água servida à população da Região Metropolitana de Curitiba, que é de aproximadamente dois milhões e quinhentos mil habitantes.

A partir da existência de agricultores ecológicos e do trabalho da EMATER-PR, foi consolidado nesses municípios o aumento do número de produtores nesta linha de produção. Atualmente, os três municípios contam com aproximadamente vinte propriedades que estão na linha puramente ecológica, sem qualquer uso de contaminantes do ambiente, como adubos químicos solúveis e agrotóxicos, além de 50 (cinquenta) olericultores que intensificaram o uso da adubação orgânica e diminuíram a carga de agrotóxicos.

O estágio atual de produção ecológica nesses municípios permite o estabelecimento de uma organização de agricultores para fornecimento de produtos agrícolas isentos de contaminantes. Essa organização está prestes a ocorrer, mas o trabalho tem que ter continuidade. Os municípios que contam com o projeto precisam de mais apoio da sociedade e da administração pública. Também é necessário estender os resultados conseguidos para os demais municípios do Estado. Por isso, a necessidade de um projeto global de Governo na área de agricultura ecológica, que representa o estágio mais avançado da agricultura para o futuro.

Pelo exposto, solicito o apoio dos nobres Pares com assento nesta colenda Casa de Leis para a aprovação da medida ora proposta.

PROJETO DE LEI Nº 185/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica consolidado, nos termos desta lei, o Decreto nº 4007, de 14 de setembro de 1994, publicado no Diário Oficial nº 4.346, da mesma data.

Art. 2º - Nas hipóteses de contagem de tempo de serviço para efeito de aposentadoria voluntária na forma do inciso III, do artigo 40, da Constituição Federal de 1988, em que se somem os períodos previstos nas alíneas "a" e "b" do mesmo inciso, será adotado o critério da proporcionalidade ao tempo de serviço requerido em cada alínea.

Art. 3º - O tempo de serviço exercido alternativamente em atividade comum e do efetivo exercício do magistério será soma-

do, após a respectiva conversão, conforme a tabela a seguir:

I - MULHERES

Tempo a Converter	Para 25 anos	Para 30 anos
De 25	1,00	1,20
De 20	0,33	1,00

II - HOMENS

Tempo a Converter	Para 30 anos	Para 35 anos
De 30	1,00	1,16
De 35	0,35	1,00

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.95.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O escopo da proposição que ora apresentamos é atender a decisão já proferida pela Corte de Contas quanto à necessidade de edição de lei para o estabelecimento de regras à contagem da proporcionalidade referente à aposentadoria de professores.

O projeto de lei em tela visa também aprovar os atos de aposentadoria de professores efetivados até a data limite, estabelecida pelo Tribunal de Contas do Estado, para que os mesmos exerçam o direito de opção.

Pela relevância do tema e pelo profundo senso de justiça que nele se encerra, contamos com o apoio dos ilustres Parlamentares para a aprovação desta proposição.

PROJETO DE LEI Nº 186/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar e a instalar uma unidade de Delegacia Anti-Tóxico na Cidade de Pato Branco.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.95.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI

NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

O crescimento da Cidade de Pato Branco, requer pessoal especializado nos mais diversos setores, principalmente na área de segurança pública, pois verifica-se que o tráfico e o consumo de entorpecentes se expande em proporções assustadoras. Pato Branco continua sendo uma rota tradicional da droga, não somente da maconha, consumida pelas camadas de baixa renda, como também, a cocaína, que é usada pela camada social mais elevada.

A proximidade com o Paraguai e a Argentina, maiores fornecedores de entorpecentes ao País, e o consumo desenfreado de drogas, exige a instalação de uma Delegacia Especializada Anti-Tóxico na Cidade de Pato Branco.

PROJETO DE LEI Nº 187/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O art. 8º da Lei Estadual nº 7961, de 21 de novembro de 1984, passa a figurar com a seguinte redação:

"Art. 8º - ...

Parágrafo Único - Aos diretores afastados de seus mandatos e tendo se encerrado o prazo correspondente aos mandatos em questão, é garantido o direito de concorrer à eleição regulada nesta lei, salvo no caso de exoneração a bem do serviço público e condenação criminal."

Art. 2º - A presente lei se aplica de imediato a todos os diretores em exercício dos cargos ou afastados, sendo assegurado a estes o direito de concorrer as futuras eleições para diretor de escolas da Rede Pública Estadual de Ensino.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.95

(a) PERICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

A presente modificação neste dispositivo legal visa tão somente adequar tal normativa ao princípio da legalidade penal e administrativa, que institui, dentre outras determinações, a necessidade de restabelecimento do "status quo ante" caso o acusado administrativa ou criminalmente seja julgado inocente. Busca introduzir, também, o princípio de que, finda a penalidade, readequado estará o indivíduo para o exercício regular de seus direitos. Lembra a época inquisitorial a perspectiva de invalidação permanente daquele que sofre alguma punição administrativa.

Por outro lado, esta medida também enquadra a presente legislação ao espírito e às determinações da Constituição Federal

de 1988. Aplicado com adequação o princípio de razoabilidade das disposições legais ao texto em questão, entendemos ser o resultado o que se propõe na presente emenda. Busca-se, também, limitações claras ao poder da autoridade da administração pública em punir. Não significa que o exercente do "munus" público não tenha o poder de punir em benefício da coletividade e do interesse público que tal autoridade deva representar; significa, sim, que as situações que ensejam tal atitude devem estar legalmente definidas, bem como limites de punibilidade. É esta a intenção deste projeto de lei.

Pelo exposto, apelamos ao Exmos. Colegas Parlamentares no sentido da aprovação deste projeto de lei, de forma a reavivar a lei que se altera e a democratizar ainda mais as relações entre administração pública e órgãos responsáveis pela educação do povo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Passaremos ao Pequeno Expediente.

Sobre a mesa, um Requerimento que o ilustre Secretário Luiz Carlos Alborghetti vai dar conhecimento à Casa.

O SR. 2º SECRETARIO (Luiz Carlos Alborghetti) - (Lê):

"REQUERIMENTO

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUEREM, com fulcro no Art. 134 do Regimento Interno desta Casa, o uso da Tribuna Legislativa pelos representantes da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná nos horários do Pequeno e Grande Expediente, na próxima quarta-feira, dia 24 do corrente, para exporem a proposta da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em discussão no Senado Federal. Os representantes, igualmente, nessa oportunidade colocam-se à disposição deste Poder, para debate e/ou esclarecimentos de eventuais dúvidas sobre a temática e sobre a paralisação das Universidades Federais.

Os objetivos básicos desse requerimento atêm-se, em primeiro lugar, a abertura de um espaço democrático, à sociedade organizada e, em segundo, a melhor capacitação aos parlamentares para a grave perspectiva que se vislumbra para a educação brasileira.

Sala das Sessões, em 16.05.95.

(aa) ANGELO VANHONI

EMERSON NERONE

FLORISVALDO FIER

IRINEU COLOMBO

PERICLES DE H. MELLO"

O SR. ANTONIO BELINATI (Pela Ordem) - Sr. Presidente Zuk, Presidente Anibal

Khury, eu estava inscrito para falar no Pequeno Expediente, mas em razão dessa proposição que a Casa acaba de acolher pelo pela ordem Sr. Presidente para que se registre, já que hoje as atenções da opinião pública do Brasil estão centralizadas, na medida que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tomou, uma medida dura, forte, violenta, determinando que as tropas do Exército invadissem as refinarias, inclusive a de Araucária aqui no Paraná.

Uma tentativa, Sr. Presidente, antidemocrática, que tenta violentar o direito dos petroleiros, dos funcionários da PETROBRAS de brigar por melhorias salariais. E vem numa hora inoportuna porque o TST marcou para depois de amanhã, antecipou o julgamento do recurso dos petroleiros contra decisão daquela corte. Então, acho que o Governo se precipitou, poderia ter aguardado até depois de amanhã. E lembrando, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que as Forças Armadas são guardiãs da segurança Nacional, e greve, até aonde nós estamos verificando, é uma greve pacífica e que levou os petroleiros a esse movimento apenas a essa intransigência do Governo Fernando Henrique Cardoso de não atender as reivindicações da categoria. Então, a gente lamenta que os olhos da opinião pública de todo o planeta terra, naturalmente voltados para o Brasil, vão indagar: "Mas o Brasil não é democracia?" Se é democracia, forças armadas não devem ser utilizadas contra direito do trabalhador de reivindicar a parte salarial que lhe compete.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente concedo a palavra a Professora Maria José Justino.

A PROFESSORA MARIA JOSE JUSTINO - Bem, estou aqui, junto com o Professor Lafayette, representando a Associação dos Professores do Estado do Paraná, na tentativa de sensibilizar os Parlamentares numa questão, que para nós, é extremamente importante e que caminha hoje, dentro do País. Nós, professores, não apenas os professores, mas também uma série de entidades da sociedade civil, entidades, todas elas, a maioria vinculada a questão do ensino e da Educação, têm se reunido, nos últimos 7 anos, na tentativa de construir uma LDB, Lei de Diretrizes e Bases, justa, democrática e que efetivamente atenda a uma preocupação que tem nos movido todo este tempo, que é a preocupação de garantir o acesso à Educação a todo cidadão brasileiro.

Como nós sentimos que a LDB, originária da ditadura era uma LDB extremamente desclassificada em relação as necessidades

que o País apresenta a partir da sua tentativa de democratização. Com isso constituímos um fórum, a nível nacional, que é um fórum em defesa do ensino público no País. Desse fórum participam a ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino superior, e inúmeras entidades, todas elas comprometidas com a questão do acesso à Educação.

Esse fórum tem atuado há 7 anos, constituindo um projeto de LDB democrático. Quando se chegou, efetivamente a constituição deste projeto foi a partir de inúmeras reuniões em Brasília e em outros Estados e inúmeras reuniões, inclusive com os próprios Parlamentares para que o Projeto que se apresentasse fosse um projeto alternativo em relação a vocação democrática do País. Quando, enfim, conseguimos apresentar o próprio projeto que nós chamamos o 101/93, entre 91 e 93, nós tivemos dificuldades imensas em relação a tramitação do projeto, e na frente ele encontra dificuldades sobretudo com o Substitutivo do Darci Ribeiro.

É importante, didaticamente, tentar mostrar o porquê estamos aqui, para pedir o auxílio dos Parlamentares no impedimento de que o Substitutivo do Darci Ribeiro prossiga.

Na tramitação do Projeto de Lei nº 101/93, ele tem toda uma tramitação legal, por instâncias, que passa pela Comissão Nacional de Educação, para percorrer todos os percursos para efetivamente cumprir todo projeto de legalidade. Acusou-se o projeto de uma série de inconstitucionalidades, na ocasião o Senador Cid Sabóia apresentou um Substitutivo que, de certa forma, contemplava todas as propostas desse fórum nacional em defesa da Educação. Quando este Substitutivo do Senador Sabóia já prosseguimento e chegou na Câmara de Justiça o Professor Darci Ribeiro apresentou um Substitutivo que pretende ser uma alternativa ao Projeto de Lei nº 101/93 que simultaneamente também tenta derrubar o substitutivo Cid Sabóia.

O que é importante de assinalar nesse Projeto todo? Vocês todos conhecem tenho certeza, que a LDB é a coisa mais importante em termos de legislação no País no que concerne a questão da educação. Regula todo processo da educação desde a educação pré-primária até o 3º Grau. Por isso mesmo a preocupação nossa em relação a que essa LDB seja efetivamente democrática e comprometida com a sociedade brasileira. No caso do questionamento do Prof. Darci Ribeiro em relação ao substitutivo Cid Sabóia que é o que nós defendemos, o Fórum Nacional em defesa do ensino público defende nós aqui da Associação dos Professores, o que o Darci Ribeiro acusa no Substitutivo são exatamente três pontos, e

é importante que se diga o seguinte, que há, do meu ponto de vista uma sutileza na forma como Darci Ribeiro apresenta o seu substitutivo.

Primeiro, ele tomou o 101/93 como texto maior e nesse texto ele faz todas as acusações da inconstitucionalidade. Em separado ele toma o substitutivo do ex-Senador Cid Sabóia e acusa três passagens de inconstitucionalidade. Essa inconstitucionalidade do Prof. Darci Ribeiro significa exatamente o seguinte: O Senador Cid Sabóia entende no Projeto dele, no substitutivo que há uma responsabilidade do Estado em relação a questão da educação, esse é um dos pontos contestados por Darci Ribeiro.

O segundo ponto contestado no substitutivo Cid Sabóia é a questão da autonomia universitária significa fundamentalmente que as universidades têm condições de decidir sobre a questão das pesquisas e da questão do saber. Nós entendemos que não pode haver infiltração nessa decisão da produção do saber, que ele tem que ser efetivamente livre dentro de um País para que ele se produza com saber. A outra questão é a questão democrática. Todas essas questões nós entendemos que são questões extremamente importantes e que nós estamos defendendo não há sete anos, mas creio fundamentalmente que todo pessoal que defende a democracia e o acesso à universidade a todo cidadão nós estamos defendendo isso há muitos anos atrás e fundamentalmente a nível nacional a partir da fundação... desde 1979/80.

Ou seja, o que nós estamos aqui tentando sensibilizar os parlamentares é que há um equívoco hoje no País e isso é muito importante que os Srs. tomem conhecimento de que a história do Prof. Darci Ribeiro que eu tenho por ela extrema admiração ele dê uma contribuição importante a esse País, nesse momento não se pode confundir a história que ele homem, tem lá atrás com esse substitutivo, que ele está propondo com relação a LDB. Há equívocos e acho que não é questão de se falar em modernidade, modernização ou pós modernidade ou coisa semelhante, mas se trata efetivamente da defesa, do acesso ao ensino público e gratuito dentro do Brasil aos três níveis. Quem conhece os Países desenvolvidos sabe muito bem que uma das coisas mais importantes desse País tem sido assegurar efetivamente o acesso à educação em todos os níveis a todo cidadão.

Então o que nós estamos tentando sensibilizá-los é de entender que nesse momento o substitutivo do ex-Senador Cid Sabóia é um substitutivo que efetivamente contempla todas essas questões que nós temos defendido no País em relação ao direi-

to que o cidadão tem do acesso à educação. Vou passar ao Prof. Lafayette e ele vai falar um pouco mais efetivamente na questão na pesquisa relacionada a questão das universidades.

O que eu gostaria, também é de me colocar à disposição de todos os parlamentares para passarmos a vocês, aqueles que têm interesse e acham que aqueles que têm compromisso com os que os elegeram, de passarmos às suas mãos, um dossiê, tentando dar toda essa história, inclusive os documentos e os dois substitutivos. Nós propomos também a qualquer dos Senhores que queiram fazer conosco uma reunião e uma discussão mais aprofundada, estamos à disposição disso e gostaríamos de contar com o apoio, junto ao governo federal e aquilo que os Senhores podem fazer a nível local, em relação a que efetivamente siga à frente, o substitutivo Cid Sabóia.

Ainda uma coisa importante a ser dita é que neste momento, o professor Darci Ribeiro foi designado relator do projeto. No nosso ponto de vista, ele próprio deveria ter recusado, por uma questão e creio que também está infringindo leis nessa questão, eu acho que ele não deveria ter aceito por uma questão ética. Ele está julgando em causa própria, na medida em que, como relator, ele tem condições de acatar ou não as emendas apresentadas a esses substitutivos e ele próprio tem um substitutivo. Isso é um problema.

O segundo problema é que o substitutivo do ex-senador Cid Sabóia, passou por toda a tramitação legal, inclusive pela Comissão Nacional de Educação e o substitutivo do professor Darci Ribeiro, pulou essas etapas e foi aprovado diretamente na Comissão de Justiça.

Então nós entendemos que há duas questões fundamentais que impediram o professor Darci Ribeiro de ser relator do próprio projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Agradecemos a participação da professora Maria José Justino e concedemos a palavra ao professor Lafayette Santos Neves, dizendo de antemão, que a professora irá remeter a cada um dos Senhores parlamentares, através do que ela falou, subsídios para o posicionamento, conhecimento e esclarecimento sobre essa grave questão pendente - do ensino superior do país.

Com a palavra, o professor Lafayette.

O SR. PROFESSOR LAFAYETTE - Senhor Presidente, Senhores Deputados que representam a sociedade paranaense, através de eleições livres e democráticas, queremos agradecer esse espaço e agradecer a iniciativa do PT e também reconhecer que nes-

ta Casa a Universidade Federal do Paraná, o ensino público e gratuito sempre teve a maior acolhida e a maior defesa.

Complementando o que colocou a professora Maria José Justino, nós partimos de um fato concreto, para ajudar na reflexão sobre o destino das Universidades públicas, caso venha a ser aprovado o substitutivo do Senador Darci Ribeiro. Todos acompanharam a "Folha de São Paulo" do último domingo, que publica, a partir de dados, não nacionais, a partir de dados não de institutos nacionais, mas de dados do Instituto para Informação Científica dos Estados Unidos, levantamento feito de 1.981 a 1.983.

Para a grande satisfação de nós brasileiros, apenas algumas áreas foram classificadas. Não representam a totalidade das áreas das Universidades brasileiras. É mais a área de física e a área de Bioquímica, sendo os maiores cientistas brasileiros, reconhecidos internacionalmente. 172 brasileiros no ranking dos melhores cientistas de todo o mundo. Baseado em que? Num levantamento das publicações nos períodos e nas revistas científicas internacionais. A grande imprensa deu total cobertura e acreditamos que a imprensa paranaense fará repercutir, porque o Paraná está presente entre esses maiores cientistas do mundo inteiro.

Nós temos três professores para honra nossa, da Universidade que foram citados mais de 200 vezes. É o Professor Werneck do Hospital das Clínicas, Lineu Werneck do HC, que todos sabem é hoje um centro reconhecido internacionalmente, não só na área de medula óssea como em áreas de fronteira do conhecimento na medicina mundial. O Professor Philip Albert Gorin do Departamento de Bioquímica da Universidade Federal. O Professor Dante Homero Mosca o mais novo cientista desse rol publicado do Departamento de Física da Universidade Federal do Paraná.

Senhores Deputados, não aparece nesta publicação reconhecida, universidades privadas. E não é por acaso, porque a pesquisa científica no Brasil ela é feita 98% nas universidades públicas. Aparece sim, para ser justo, a Universidade Católica do Rio de Janeiro. A PUC - Rio, porque a PUC - Rio, consideramos nós, das Federais, um grande centro de desenvolvimento científico e tecnológico. É a única que aparece.

Aprovado o Projeto de Senador Darci Ribeiro - no capítulo 6º referente às universidades, ele propõe 4 tipos de instituições federais de ensino superior, onde ele coloca para o capítulo do ensino superior - na última versão é o 4º capítulo, ele propõe 4 tipos de instituições: as universidades, os centros de ensino supe-

rior, os institutos e outras formas de organização não definida em lei. Aprovado esse substitutivo, as universidades brasileiras terão que se adequar à nova lei de diretrizes e bases da educação nacional no que toca ao ensino superior. O Governo Federal irá destinar recursos para pesquisa apenas para alguns centros, que ele chama de centros de excelência que vêm da época da professora Eunice Duran e do Ilustre Goldemberg que nós derrotamos na greve de 91 que todos ainda se recordam de 106 dias.

Tivemos também aqui, se passar, vai ocorrer o seguinte: as federais, apenas meia dúzia de universidades federais serão centros de pesquisas, as demais estarão enquadradas no centro de ensino superior, apenas que nós chamamos de forma bem didáticas - Escolões de 3º Grau, para dar diplomas e distribuir diplomas e preparar apenas o treinamento da força de trabalho. Seria o que equivale hoje às universidades particulares que apenas fazem isso: gastam apenas em ensino e não em pesquisa. E o país não terá futuro se nós não investirmos, pesadamente, em pesquisa.

Uma outra questão importante é destacar. A Federal do Paraná se encontra entre as melhores universidades brasileiras. Mas aprovado este substitutivo, apenas por Região teremos uma instituição basicamente. Que seria o Rio Grande do Sul porque o Rio Grande do Sul com o aporte que recebeu, com a força que recebeu sempre dos parlamentares também federais, dos ex-governadores, dos ex-presidentes da República originários do Rio Grande do Sul têm hoje 4 universidades federais: Pelotas, Santa Maria, Rio Grande, Federal do Rio Grande do Sul e a de Ciências Médicas de Porto Alegre. São cinco instituições federais só no Rio Grande do Sul e dá ao Rio Grande do Sul uma vantagem sobre nós do Paraná.

O Paraná só tem uma Federal e com todo o esforço está expandindo para o interior como todos sabem. E que somando à co-irmã das estaduais, é que pode desenvolver a ciência e a pesquisa. Aprovado este substitutivo: nem as estaduais terão a locação de recursos para pesquisa e a Federal terá que desarticular os seus grupos de pesquisa, os cientistas mais famosos vão se deslocar para outros centros do país ou para outros centros internacionais. E com isso o Paraná empobrecerá com a evasão de cérebros que estamos segurando a duras penas com a política salarial de arrocho, que só tem um reajuste por ano. E que isto está levando a uma saída de professores também para aposentadoria, caso aprovem a reforma da previdência.

Já perdemos 400 professores do Governo

Collor até aqui na Federal do Paraná e não estamos conseguindo repor. Porque são todos doutores, alta massa crítica e nós demoramos à média de doze a quatorze anos para formar um Doutor no Brasil. Não há no mercado Doutores para serem contratados, nós só temos a produção de 1200 Doutores por ano no complexo universitário das federais, e também daqueles que estão no Exterior com bolsas de estudo.

E por aí que nós entendemos que os Deputados do Paraná não estarão omissos, eles estarão presentes. Nós pedimos o apoio desta Casa Legislativa maior deste Estado para que interceda enquanto representando os seus Partidos também no Congresso Nacional, no Senado da República para que esse Projeto do Senador Darcy Ribeiro não venha a ser aprovado, e que se passe o Projeto do Senador Cid Sabóia, negociando durante sete longos anos, com quarenta audiências públicas naquela Casa, na comissão de Educação.

Não quero me alongar, quero fechar a minha intervenção colocando que o Senador Cid Sabóia passou a ser o relator no Senado, como muito bem disse a professora Maria José. E de repente se atravessa e tenta enfiar na calada da noite um substitutivo feito em uma semana, que é o do Darcy Ribeiro; contra um feito durante sete anos, negociando durante quarenta Sessões da Comissão de Educação da Câmara Federal.

A relatora é exatamente do PPR, foi Deputada Federal, Ângela Amim, o Senador Amim está do nosso lado nesta luta porque ele sabe muito bem que a sua esposa enquanto relatora, que foi também depois de candidata a Governadora de Santa Catarina, tem um compromisso com a sociedade brasileira ao aprovar aquele relatório dela que passou a ser o 101 do Cid Sabóia no Senado. Nós temos o apoio também do PTB da combativa Senadora Emilia, do Rio Grande do Sul, que está conosco nesta luta, além de outras Bancadas. E nós temos a certeza, a dificuldade maior está no Senado da República porque os Deputados Federais já assumiram compromisso, se não for o Cid Sabóia eles não aprovarão o do Darcy Ribeiro, e criará um impasse e aí nós ficaremos sem lei de diretrizes e base por mais não sei quantos anos, porque a última nossa demorou quatorze anos para ser aprovada na Câmara Federal. E essa já está há mais de sete anos sendo discutida e acordada com todas as forças políticas.

Então, nós queremos agradecer a atenção de todos, colocamo-nos à disposição para que possamos debater, encontrar aqui uma posição unânime desta Casa, um apelo ao Senador Darcy Ribeiro para que a ciência brasileira não seja dividida, para que

a ciência brasileira não seja distribuída já nos grandes centros econômicos, privilegiados neste País; e que a ciência seja mantida no conjunto das restrições e não repartida apenas para meia dúzia.

Muito obrigado a todos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Professor, ouvi o Senhor e a Professora expondo o problema que vive a Universidade Federal do Paraná; e sobre esta questão tão polêmica que é a nova LDB.

Muito bem, tenho conversado com o Senador Requião que é nosso Presidente da Comissão de Educação do Senado, e que preside na verdade neste momento a definição da questão da relatoria, do que vai ser aprovado. Tenho lido as posições que o Professor Darcy Ribeiro, que todos nós reconhecemos como um grande antropólogo, que notadamente fez muito pela educação brasileira, e que tem na verdade questionado e, em recente artigo na Folha de São Paulo expressou de forma, para que os leigos como eu pudessem ter talvez uma interpretação simplista dessa matéria dizendo o seguinte: "O projeto que resultou do relato do Senador Cid Sabóia, ele é na verdade a manutenção desse sistema atual que nós temos. E eu, Darcy Ribeiro, estou propondo um novo, uma mudança do atual sistema".

Ora, nós todos, pela sua exposição e da professora, nós todos concordamos que o sistema atual não serve, a escola pública, tanto do 1º, 2º e 3º grau, cada vez vive uma situação mais difícil, e ao mesmo tempo o projeto, segundo o professor Darcy Ribeiro, o Projeto do Relator Cid Sabóia não é um projeto novo, ele na verdade cristaliza as atuais injustiças e fundamentalmente este modelo que temos hoje. Então eu pergunto: não é possível sair para uma fórmula intermediária entre aquela proposta, porque sei que o Senador Cid Sabóia ouviu a comunidade acadêmica, agora o professor Darcy Ribeiro é uma figura respeitável e o MEC me parece que apoia a proposta dele. Não é possível que esta discussão avance sem o maniqueísmo de uma ou outra proposta, que seja tão excludente assim?

A SRA. MARIA JOSE - Bom, o que é importante dizer é o seguinte: fiz questão absoluta, quando falei de prestar a minha homenagem ao professor Darcy Ribeiro a sua contribuição em relação a História brasileira, sobretudo na questão da Educação.

No entanto, nesta questão específica, permita-me dizer que o projeto do professor Darcy Ribeiro não é um projeto novo, aliás não é um projeto é um Substitutivo. O que realmente é novo é o que o Senador Cid Sabóia apresenta, porque na realidade o que ele fez foi ser permeável a toda uma

construção que a ANDES, sobretudo a ANDES, e as demais entidades, preocupadas com a Educação, têm discutido, nestes últimos anos, tentando modernizar o ensino brasileiro, fundamentalmente, no nosso caso, a questão da Universidade.

Onde é o conflito? Li com muita atenção o Substitutivo do Professor Darcy Ribeiro, e eu acho que tem pontos muito interessantes, só que estes pontos interessantes já estão contidos no Substitutivo do Senador Cid Sabóia.

Onde há conflito e não pode haver conciliação? São três pontos fundamentais que ele conflita com Cid Sabóia, anotei para a memória não falhar: os três pontos que o professor Darcy Ribeiro critica em relação ao Substitutivo do Senador Cid Sabóia são:

- A questão da autonomia da Universidade, a questão da produção do saber;

- A questão do controle do Estado na aplicação das verbas públicas, nas particulares. O Professor Darcy Ribeiro deixa de fora e critica no substitutivo do Senador Sabóia o fato do Estado ter o direito de buscar prestação de contas, sim, do dinheiro que o Estado aplica nas particulares. Isso é um dissenso. Outro dissenso é a competência que o Senador Sabóia confere ao Conselho Nacional de Educação. Estes são os três pontos que Darcy Ribeiro discorda do Substitutivo do Senador Cid Sabóia.

Bom, o Darcy Ribeiro acha, que do ponto de vista dele, a discordância dele é de pontos inconstitucionais. Eu me pergunto, se essa questão da autonomia da produção do saber, da aplicação de verbas públicas nas particulares, e a questão do Conselho Nacional da Educação, da competência do Conselho, se isso fere a Constituição, a pergunta deveria ser posta de outra forma. O Governo Fernando Henrique está propondo reformas na Constituição, se nós considerarmos que são pontos justos, eu tenho a impressão que mesmo considerando a nossa Carta magna, ela não é absoluta, ela é feita pelo homem e pode efetivamente, em seu tempo, conceder pequenas modificações.

Então veja são estes os pontos de conflito. Não vejo o porquê de nós não ficarmos com o Substitutivo de Cid Sabóia, na medida que efetivamente é este que aponta para garantir ensino público e de qualidade, público, gratuito e de qualidade, porque é importante isso gente? Não nos interessa o ensino que está aí hoje público sem qualidade, nós queremos um ensino com qualidade, e esse País é rico e tem condições efetivas de bancar saúde, educação para toda a população, ou seja, nós só vamos crescer efetivamente e nos tornarmos primeiro mundo quando tentarmos dar as condições mínimas e dignas da cidadania ao brasileiro.

Acho que a educação e a saúde são questões elementares e básicas, e sinto dizer, não entendo o que está ocorrendo com o Prof. Darci Ribeiro com toda a história que tem atrás, enveredando para essa direção. Quanto ao Senador Requião acho que nós precisaríamos e estamos propondo a fazer uma conversa com ele no final de semana porque eu tenho impressão que ele não está tão bem informado, porque conheço tão bem o Requião e acho que ele tem uma história muito importante nesse Estado, que não deveria de forma nenhuma desvirtuá-lo de compromisso dessa importância.

Muito obrigado!

O SR. PROFESSOR LAFAYETTE - Colocando alguns pontos que o Deputado Romanelli levanta que é uma questão importante para esclarecer, tenho do Senador Darci Ribeiro, do ponto de vista da educação brasileira, um estudo feito pelos Professores do setor de educação do Paraná que nós passaremos à Mesa para distribuir a todos os Deputados, conclui o seguinte: É um retrocesso para o ensino fundamental quando coloca a segmentação do ensino fundamental com a terminalidade na quinta série.

Caros Deputados muitos de nós passamos pelo antigo primário, depois exame de admissão para o ginásio, depois vestibular para a universidade, aí vem o ensino fundamental porque no mundo inteiro se entende o ensino básico para que se possa ter um período de aquisição e maturação do conhecimento que possibilite uma solidez para os cursos superiores.

Na 5.692 nós já tivemos a mudança, se todos forem olhar os classificados de emprego qualquer empresa e até de vigilância exige oito séries, oito anos completos. Agora vem com cinco anos de volta para depois fazer o exame de admissão e fazer ginásio outra vez, é um retrocesso, os empresários não aceitam isso, o Senai, o Senac, a Federação, a CNI, ninguém aceita isso, nós temos que aumentar o tempo de escolaridade no fundamental. Uma outra questão do Deputado Romanelli de longos anos de luta e que nós lutamos junto com a periferia de Curitiba junto com o Requião e junto com tantos outros. Qual era a nossa crítica à forma autoritária de conduzir a Prefeitura de Curitiba? Não havia discussão com a população na questão do transporte, Romanelli, você lembra disso, das nossas reuniões de Tatuquara até Umburá até o Xaxim e nós queríamos intervir, discutir, formular a política de transporte da Cidade de Curitiba.

Está aqui o Vanhoni, o Rosinha, tem tantos outros Deputados aqui nesta Casa e que acompanhamos isso e conseguimos alterar o sistema de transporte de Curitiba, a administração hoje é muito superior a que

existia antes quando os empresários faziam a planilha e determinavam a tarifa. O que está acontecendo no Senado Federal, mutantes, não valeu nada sete anos de discussão, não valeu nada 40 Sessões da Comissão de Educação, da noite para o dia aparece um outro substitutivo encomendado pelo MEC, só lamento que o Prof. Darci Ribeiro tenha se deixado influenciar por esta proposta que vem desde a época do Sarney Presidente, do Marco Maciel Ministro da Educação, o Projeto GERES - Grupo Executivo de Reforma do Ensino Superior, que já põe esse modelo de divisão das universidades e nós combatemos em 87, combatemos no Governo posterior e veio depois com a PEC 56 que é a proposta de emenda constitucional do Collor, é a mesma divisão das universidades em quatro modelos não mudou nada.

O que a Ulisses Duran fez quando era Secretária do Ensino Superior do Mec volta agora ao Governo, a Profa. Ulisses Duran antropóloga da USP com as mesmas propostas enfia no substitutivo de Darci Ribeiro na íntegra.

Nós temos memória e documentos e nós podemos provar aos nobres Deputados, trazer a do Collor, vamos trazer os projetos para os Deputados examinarem se não é exatamente o que está aqui no substitutivo do senador Darci Ribeiro. Então Romanelli, pelas nossas tradições de luta e democracia, o próprio Requião, nós temos que cobrar. Afinal vale ou não vale a democracia no Congresso. Vale ou não vale a relatora fazer o seu relatório, que virou o Projeto de Lei nº 2/58, encaminhando ao Senado, quando esperávamos que o Senado, iria aprovar, para o Presidente sancionar, caso não houvesse emenda, uma manobra do Executivo barra, desclassifica o Cid Sabóia, passa de madrugada e chega no dia seguinte esse do Darci Ribeiro.

Nós estamos perguntando ao nobre Darci Ribeiro como que ele entra nessa manobra, com a tradição que ele tem. Ele foi o fundador da Universidade de Brasília, foi Ministro da Educação de João Goulart. Escreveu uma obra fantástica sobre as universidades, que é a "Universidade Necessária", na década de 60 e agora ele nega que ele escreveu! Não podemos admitir que as pessoas digam: "Esqueçam o que eu escrevi". Não é possível enquanto cientista. Não é possível. É nesse sentido que a gente pede que vocês que têm acesso ao Senador Requião e demais, sentem com ele para discutir isso, porque acredito que o senador Osmar Dias, o Luiz Alberto, todos eles não de convir, se fizerem uma discussão séria, de que não é possível aprovar esse substitutivo do professor Darci Ribeiro.

Peço acesso ao senador Osmar Dias e ao senador Luiz Alberto e chamem uma reunião conosco e com todos os que estão aqui, pa-

ra a gente poder ter uma Lei de Diretrizes e Bases avançadas e não retroceder à década de 60 como estamos vendo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Pediria, aos Senhores Deputados que fossem sucintos nas perguntas, para dar a oportunidade para a professora Maria José e o professor Lafayette responder.

Com a palavra o Deputado Eduardo Trevisan.

O SR. EDUARDO TREVISAN - Nessa discussão sobre ensino público e gratuito e de boa qualidade em todos os níveis, desde o fundamental, intermediário e ensino superior, acho que a questão do ensino das universidades, é por demais importante. Acho que as universidades representam as instituições onde se forma, de certa forma, a consciência de um país, e sem deixar de lado a importância do ensino fundamental que acaba repercutindo em toda a vida das pessoas, eu, quando estudante, acompanhei uma grande luta de toda a comunidade universitária, na Universidade onde fiz a minha faculdade, que foi em Londrina, a respeito da autonomia universitária. Naquela época, todos nós, inclusive eu, pertencente a uma das categorias da comunidade universitária, lutávamos pela autonomia plena.

Não entendi qual dos dois substitutivos é que propugna por essa direção. Eu, particularmente, tenho uma formação e uma visão de que quanto maior a autonomia, melhor. A universidade deve ter autonomia didática, administrativa e, acima de tudo, financeira, para não ficar atrelada ao Executivo, dependendo mês a mês, ano a ano das circunstâncias, das conjunturas, do partido político que está na administração. Acredito nessa autonomia plena. Somos moldes em que hoje se situa a USP que me parece, tem uma porcentagem no orçamento do Estado a ser destinado e ela, através de uma gestão democrática, na qual participam professores, funcionários e alunos, é que traçam o caminho da universidade, destinam a aplicação dos recursos e acabam cumprindo as três funções a que se destinam a nossa universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Quanto à gratuidade do ensino, tenho também uma visão. Acho que a gratuidade, o ensino público gratuito é uma conquista fundamental. Não devemos abrir mão dele, mas especificamente no Brasil de hoje, acontece uma situação perversa. Veja só, ainda que eu defenda ensino público gratuito e de boa qualidade, o que ocorre no Brasil no dia de hoje e é do conhecimento de todos, é uma situação perversa. Quem ingressa nas universidades gratuitas fede-

rais e estaduais, são aqueles alunos mais abastados que estudaram em escolas particulares e quem ingressa nas faculdades e universidades privadas, particulares, onde se paga uma mensalidade muitas vezes cara, são aqueles que estudaram nas escolas públicas.

Ainda que defenda o ensino público, gratuito e de boa qualidade, como fazer para resolver essa situação perversa que tem sido motivo de discussão há tanto tempo.

O PROF. LAFAYETTE - Primeiro: na nossa concepção não existe ensino gratuito porque os cidadãos pagam impostos. O que ocorre é uma bitributação. Quando o cidadão paga imposto e não tem acesso ao ensino público ele tem que ir para uma escola particular pagar novamente. Segundo, não é verdade que a maioria dos estudantes das Universidades Federais têm condições de pagar.

Pesquisa publicada pela Revista Veja em março deste ano: 7 mil questionários em 55 instituições federais de ensino superior não questionados pelo governo: 75% dos estudantes das instituições federais de ensino superior, universidades, escolas técnicas e agrotécnicas têm renda média até dois salários mínimos. O Governo distorce. Porque diz que o pátio das universidades está cheio de carros. Temos 25 mil estudantes na Federal do Paraná, eu pergunto: Se existem 25 mil carros nos pátios dos campus da Universidade Federal do Paraná?

Quer dizer, dados como esses são importantes. A Veja publicou, o governo não respondeu. Então essa questão para nós é importante sim. O ensino fundamental, hoje, ele não possibilita a disputa em igualdade de condições. Temos que resolver isso no ensino fundamental, no ensino médio 1º e 2º graus para que também aqueles de menor renda tenham condições. Outra opção que é aquela que os países ricos fazem, a Europa e outros países, é ampliar as vagas nas universidades públicas. Afim. O Brasil tem em torno de 1 milhão e meio de estudantes universitários. Só a Cidade de Nova Iorque tem 400 mil estudantes universitários.

Veja a desproporcionalidade entre a população brasileira de 150 milhões de habitantes têm em torno de 10%. O que está ocorrendo é que o governo congelou as vagas nas universidades públicas e abriu, escancarou para as universidades particulares. É por isso que nós temos meio milhão de estudantes nas universidades públicas e 1 milhão de estudantes nas universidades particulares.

A PROFESSORA MARIA JOSE - O que queria

ainda complementar em relação ao que o Prof. Lafayette disse. Quando o Deputado coloca a questão de que a população mais rica é que alcança as universidades federais. Vejo que toda a questão da NDB retoma o ensino desde o ensino que está lá embaixo. O Professor Lafayette já mostrou que, de fato, é uma falácia dizer que só tem estudante rico na universidade federal.

Sabemos que 75% dos estudantes que estão na universidade federal são estudantes altamente necessitados. Mas por quê? Mesmo considerando essa parcela menor que alcança a universidade tiveram a competência de alcançar isso aí. Porque há, efetivamente, um descuido. E nós, qualquer um de nós enquanto cidadãos, participamos também desse descuido, fomos também responsáveis por ele. Um descuido do ensino que vem desde a educação primária, como chama o Prof. Darcy Ribeiro hoje até o ensino médio. Ou seja, se pegarmos como modelo a Cidade de Curitiba que é vista como 1º Mundo, nós percebemos que há uma degradação do ensino tanto do 1º como de 2º graus.

O que nós precisamos para garantir a democracia em relação ao acesso às universidades, temos que garantir um ensino de qualidade que vem desde o início. Ou seja, desde que a criança entra na escola e se prepare para a frente. E aí acho que o professor Antônio Cândido é um grande pensador nessa questão. O Brasil não tem necessidade de que todos sejam universitários, todos tenham diplomas universitários. Isso é uma falácia. Que nós tenhamos, efetivamente, os profissionais técnicos e tenhamos também os profissionais de 3º grau. Mas que todos eles sejam altamente qualificados.

Então a questão se remete a uma questão muito mais séria que é uma questão que envolve violência, o avanço da violência, distribuição de renda etc. e que temos que parar para pensar em todas essas questões. Para solucionar problemas que envolvem educação.

Na questão da autonomia da universidade, acho que essa também é outra questão muito importante que o Deputado coloca, e também é importante que se diga: ele pergunta qual dos dois projetos que contemplaria melhor isso aí? Sem sombra de dúvida o substitutivo do Cid Sabóia porque é a nossa proposta que estamos discutindo há muitos anos, e que o Lafayette esgotou já questão do excesso, da paciência democrática para chegarmos a proposta dessa questão da autonomia. A autonomia que nós defendemos é a seguinte: O Estado, quando se diz o Estado nos não estamos dizendo que a sociedade civil não participe disso. Quer dizer, nós não estamos falando que o Estado tem que pagar tudo, nós estamos dizendo

que o Estado tem que ter a responsabilidade de garantir a educação.

No caso do ensino superior de garantir efetivamente um funcionamento das universidades. Ora, mas os cientistas têm que ter autonomia na produção do saber. Isso é autonomia. E acho que em qualquer País do mundo a ciência que se desenvolve é efetivamente aquela que é pautada nessa autonomia e que não passa pela penúria financeira. A questão da autonomia que se discute hoje passa muito por uma confusão de autonomia é eu pagar com meu dinheiro as coisas. Não! Autonomia é ter condições de produzir o saber e o Estado assegurar isso. É essa a concepção de autonomia que nós temos. E acho que toda Universidade brasileira tem urgência de que efetivamente a gente conquiste essa autonomia.

Obrigado.

O SR. PERICLES MELLO - Queria agradecer ao Professor Justino por vir aqui esclarecer um assunto de tamanha importância, e dizer aos professores que por iniciativa da Bancada do Partido dos Trabalhadores foi aprovado nesta Casa, questão de quinze dias atrás, um Requerimento dirigido ao Congresso Nacional para que os Deputados e os Senadores apoiem o substitutivo Cid Sabóia com relação a lei de diretrizes e base de educação. E dizer também que a comissão de educação e cultura pretende em breve produzir um debate amplo sobre todas as questões atinentes à educação, desde o ensino primário até o ensino superior. E nós teremos o maior prazer em recebê-los novamente, assim como dirigentes da APP, para nós fazermos um amplo debate sobre a lei de diretrizes e base de educação para fornecer subsídios a essa Assembleia.

Obrigado pela presença e disposição de comparecerem aqui nesta tarde para esclarecer assunto de tamanha relevância para o nosso País.

O SR. PROFESSOR LAFAYETTE - Nós queremos agradecer o espaço que esta Casa sempre nos concedeu e até lembrar que vários Deputados desta Casa nessa Legislatura, e nas anteriores, a maioria dos dirigentes do Estado, ex-Governadores, os empresários de destaque, grande maioria deles foram formados na Universidade Federal do Paraná, pública e gratuita.

O Senador Richa que morou na CEU, se tornou Senador, graças também a existência da universidade pública; o Deputado Pessuti, que presidiu esta Casa, também conseguiu terminar seu curso superior no setor de agronomia e veterinária, graças a existência da universidade pública, e ele sabe o quanto é difícil numa condição econômica, difícil chegar a concluir uma univer-

cidade; e muitos outros que eu não quero aqui citar para não cometer injustiça. O Requião que também estudou na Federal do Paraná, o Osmar, tantos outros Senadores da República, da nova e velha República, essa universidade tem mais de 80 anos, é um patrimônio paranaense. Nilo Cairo, Vítor Ferreira do Amaral tiveram a lucidez de criar uma universidade que foi federalizada em 46, tornando público acesso a todos os cidadãos do Paraná. Ela se tornou centro irradiador para a criação das Universidades estaduais do Paraná, regionais, todas elas. E as universidades compõem no Brasil um centro dinâmico da produção do saber e da ciência, e também nesse Brasil a fora, nesse Norte e Nordeste e em todas as regiões são elementos fundamentais no desenvolvimento econômico nacional.

A PETROBRAS não seria o que ela é hoje se a UFRJ não avançasse na ciência e a partir da pesquisa resolvesse questão central da pesquisa em mares profundos, porque a Europa que tinha não cedia ao Brasil esta ciência para pesquisar petróleo. Foram os professores da UFRJ e da COPE que avançaram no conhecimento e hoje a PETROBRAS é o que é graças a Universidade Federal do Rio de Janeiro, graças a USP e outras grandes instituições federais e assim todos os campos da ciência, neste País.

Muito obrigado.

A SRA. MARIA JOSE - Eu também queria agradecer o espaço e também lembrar que a partir de amanhã vamos passar a todos os Deputados um dossiê historiando tudo isso, e esperamos tê-los sensibilizado para a questão da defesa do ensino deste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno e o Expediente. Queremos, em nome da Ilha executiva agradecer a presença dos ilustres professores que aqui nos explanaram, brilhantemente, a questão da nossa Universidade, bem como a todos os demais que os acompanharam e trouxeram a nós este conhecimento.

Os nossos sinceros agradecimentos e que a razão maior que é o ensino, realmente seja encontrada e prevaleça, pelo bom senso da Câmara alta deste País.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Com a palavra o Deputado Samis da Silva.

O SR. SAMIS SILVA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Vereador Severino Folador, Presidente da Câmara de Vereadores de Cascavel.

Queria nunca trazer a esta Tribuna um relato como o que vou fazer nesta tarde. Um relato triste e infeliz e jamais gostaria

de que aqui, neste recinto, eu tivesse que colocar aos Senhores Deputados o que tem acontecido de segunda-feira até a data de hoje.

Segunda-feira de manhã, um rapaz, chamado Moisés Lara, ligou a Foz do Iguaçu, ao meu primo de nome Vânio e disse a ele que tinha conhecimento de um material pesado, que seria imprimido aqui em Curitiba, numa determinada gráfica, uma panfleto apócrifo, onde acusa a administração do Prefeito Dobrandino e de toda sua equipe e atingia também o Deputado Samis da Silva.

Meu primo imediatamente solicitou a ele que enviasse um Fax deste material para Foz, para que eles tivessem conhecimento e analisassem. Ele ficou de enviar esta documentação para lá. Na segunda-feira, por volta das 11 horas da manhã ele foi a prefeitura e que chegou às mãos do meu primo este Fax, enviado de meu gabinete foi em torno de 11 horas da manhã. Cheguei de Foz do Iguaçu como costume chegar todas às segundas-feiras por volta de 12:30 horas. Às 18:00 horas estava no gabinete do Deputado Tavares com mais alguns Deputados do PMDB e num telefonema do Prefeito Dobrandino ele me indagava se eu tinha conhecimento desse panfleto em que fora passado do meu Gabinete ao meu primo em Foz do Iguaçu. Eu desconhecia e fiquei surpreso com as declarações do Prefeito Dobrandino dizendo que era um panfleto apócrifo e que fora passado somente um fax da capa deste panfleto.

Conversei com meu primo e ele me relatou que quem havia passado a ele esse fax era o Senhor Moisés Lara. Moisés Lara ex-Presidente da Juventude do PMDB do Paraná. E porque Moisés Lara enviou esse fax ao meu primo em Foz do Iguaçu? Meu primo de nome Vânio em 1986 veio estudar aqui em Curitiba e foi morar com a família, com a mãe desse Moisés Lara e ficou um laço de amizade, um vínculo grande e que têm essa amizade até hoje, principalmente com a mãe desse cidadão Moisés Lara, e seu irmão Jorge, em que o Vânio, meu primo, tem contato até hoje.

Pois bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, conversando com o meu primo ele disse que ficou de estabelecer um contato com o Senhor Moisés Lara, às 15:00 horas da tarde em que ele passaria o restante do panfleto e daria a ele o nome desta gráfica onde esse material seria impresso. Das seis horas da tarde até às nove horas da noite o meu primo tentou um contato com esse cidadão Moisés Lara aqui em Curitiba e não conseguiu falar com ele. Ele tomou o ônibus de Foz do Iguaçu para cá, ontem às seis horas da manhã meu primo chegou em meu apartamento, nós juntamente com o Pedro que é um funcionário da Prefeitura de Foz que tem um escritório aqui em Curitiba

ligamos na casa de Moisés Lara, o telefone chamava; chamava e ninguém atendia.

Por diversas vezes tentamos essa ligação, meu primo ligou na casa da sogra de Moisés a sogra atendeu, e meu primo conversando com a sogra dele disse: "Olha, eu cheguei hoje de manhã de Foz e vim conversar com o Moisés, ele sabe que eu estou aqui."

E a sogra disse o seguinte: "É o Amaury Scudeiro?". Eu disse não, é o Vânia. "Aha, porque o Amaury está desde ontem." O Amaury Scudeiro para que vocês tenham noção foi um candidato a Deputado Estadual lá em Foz do Iguaçu que fez exatos 443 votos. Foi chefe do Gabinete do ex-Prefeito Álvaro Newman em que foram escurraçados em outubro de 1992. Esse Amaury Scudeiro tem a mulher que é funcionária do Estado que recebe um salário não mais do que 300 reais e ele passa 24 horas por dia, é um desempregado, passa 24 horas por dia arquitetando e tentando difamar a administração Dobrandino em Foz do Iguaçu. E todas as semanas eu o vejo aqui nesta Casa passando denúncias infundadas para alguns jornais laranja aqui de Curitiba e que publicam matéria atacando principalmente o Prefeito Dobrandino tentando difamar a sua administração.

Pegamos com esse cidadão o endereço do cidadão Moisés Lara e nos dirigimos para lá. Chegamos ao apartamento por volta de 7:30 da manhã de ontem, meu primo subiu ao apartamento, depois de uma hora e quinze minutos retorna, vem até o carro onde nós esperávamos e nos avisa que Moisés Lara está descendo. Poucos minutos depois Moisés Lara sai com seu carro da garagem do prédio, para na frente, desce e vem me cumprimentar, e converso com ele pedindo informações da gráfica em que está esse material onde seria impresso e se ele tinha conhecimento. Ele nos disse: "Deputado, siga-nos que nós vamos até a Favela da Vila Pinto onde tem essa gráfica que está sendo rodado esse material. Nós fomos com ele o seguimos, dentro da Favela da Vila Pinto ele para numa determinada esquina, desce do carro, pede para que aguardemos e que ele vai na gráfica checar ver se esse material encontra-se na gráfica ou está sendo rodado. Quinze minutos depois ele retorna da gráfica, vem até o carro e nos diz que examinando na gráfica, procurando lá dentro, não encontrou nenhum material e que conversou com o proprietário da gráfica, o seu Angelo e o seu Angelo disse a ele que não queria saber de panfleto nenhum sendo rodado dentro da sua gráfica, que era coisa do "satanás", essas foram as palavras de Moisés Lara, que era coisa do "satanás" e que ele mandou o seu impressor, o "Chiquinho", levar essa material para ser rodado em outra gráfica.

Indagamos o senhor Moisés de Lara:

"- Moisés como é que vamos conversar com esse "Chiquinho" para descobrir em que gráfica será rodado esse material?"

Ele nos respondeu:

"Deputado, o "Chiquinho" trabalha de manhã em uma transportadora e às duas horas ele vai chegar na gráfica".

De manhã, numa transportadora e de tarde, ele trabalha na gráfica. Pegou o meu telefone, eu peguei o telefone dele e disse que iria tentar conversar com o "Chiquinho" depois das duas, para tentar arrancar da boca do "Chiquinho", em que gráfica estaria sendo rodado esse material.

Nós saímos da Favela da Vila Pinto, fomos para o COPE e ele foi em outra direção. Levamos ao Dr. Roberto a cópia do panfleto, e que tinha no Fax era uma cópia da arte do panfleto. Relatamos toda a história até o momento em que chegamos próximo à gráfica da Vila Pinto. O Dr. Roberto nos disse o seguinte:

"-Nós temos que chegar a esse tal de 'Chiquinho' antes que o Moisés Lara chegue a ele e a história acabe se esvaziando, e ele, 'Chiquinho', consuma com esse material, com medo que vocês saibam que tem a polícia por trás".

Pois bem. O Dr. Roberto me disse:

"Deputado, qual é a transportadora em que trabalha esse 'Chiquinho'?"

Eu disse:

"-Não sei. Não peguei nome, não peguei telefone".

"-Tente um contato com o Senhor Moisés Lara e descubra".

Ligamos ao Moisés Lara na casa do seu sobrinho. O sobrinho disse que estava com a esposa, e ligamos à esposa e ela nos disse o seguinte:

"-O Moisés não está agora. Ligue nesse telefone".

O meu primo disse:

"-Onde é esse telefone?"

"-Ah! É do gabinete do Deputado Spada".

Ligamos nesse telefone e perguntamos a quem atendeu:

"-O Sr. Moisés Lara já chegou?"

"-Não, não chegou aqui ainda hoje".

Em seguida, Moisés liga no celular do Pedro. (Isso tudo, conosco lá na COPE). Começa uma conversação comigo. E peço a ele:

"-Moisés, eu preciso conversar com o 'Chiquinho' e eu quero conversar com ele, numa boa, para ver se seguro esse material, para que não saia impressão nenhuma".

Ele disse:

"-Deputado, depois das duas, nós vamos conversar com ele, porque se você for sozinho, ele pode se assustar e consumir com

o material. Depois das duas nós vamos na gráfica".

Eu disse então:

"Moisés me arrume o nome da transportadora e o telefone".

"Ah! Eu não tenho o nome da transportadora, parece-me que é Chicago".

"E o número do telefone?"

"Eu não sei."

"O nome da gráfica, Moisés".

"A gráfica não tem nome na frente. E meio fundo de quintal".

"E o telefone?"

"Ah! O telefone não está comigo agora, mas Deputado, fique tranqüilo, que depois das duas horas, nós vamos até a gráfica, vamos conversar com o 'Chiquinho' e vamos saber dele, onde está sendo rodado esse material".

Ficou combinado lá no COPE ainda, por volta do meio-dia, o Dr. Roberto nos pediu que voltássemos às 13:30. Chegamos às 13:30 e fomos direto para a gráfica, com duas viaturas, para tentar conversar com o "Chiquinho", antes que o Moisés Lara chegasse na gráfica para conversar com o "Chiquinho". Chegamos na gráfica em torno de 14:00. Não estava o proprietário. Estava somente o gerente. Conversamos com o gerente e o gerente nos disse:

"Olhe, o 'Chiquinho', funcionário dessa gráfica, acabou de sair e foi para uma outra gráfica, prestar serviços nessa outra gráfica".

Até aí a história do Sr. Moisés Lara estava batendo. Em seguida chegou o proprietário da gráfica. Conversamos com o proprietário. Ele, perplexo, estarecido, negou tudo e disse que não tinha conhecimento de material nenhum na sua gráfica, para ser rodado e que conhecia o Senhor Moisés Lara, superficialmente, de alguns contatos comerciais e que na manhã de hoje, o Senhor Moisés Lara esteve aqui na minha gráfica, conversando rapidamente comigo, pois estava de saída, pedindo-me valores de um serviço que ele queria executar aqui e pedindo uma nota fiscal em branco. O Delegado do COPE convidou o proprietário da gráfica para ir até o COPE. Ele foi prontamente. Prestou depoimentos, prestou declarações.

Na outra gráfica onde estava trabalhando - esse Chiquinho que a gráfica deu o endereço. O pessoal do COPE foi e trouxe esse Chiquinho e ele também não sabia, absolutamente, de história alguma. Conhecia, superficialmente, o Sr. Moisés Lara e seu irmão Zezo Lara. Mas, também, negou qualquer envolvimento nessa história de que não tinha recebido material de ninguém, dinheiro de ninguém para rodar material algum. No COPE contatamos de novo com o Moisés Lara e ele estava aqui na Assembléia. Ficou aguardando no meu gabinete

para irmos até o Chiquinho para esclarecer essa história. Veio para o meu gabinete o meu primo e o Pedro. Chegaram no meu gabinete Moisés Lara juntamente com seu irmão Zezo Lara estavam no meu gabinete e prontamente chegou ao meu primo e disse: "Vá-nio, aqui está a arte final do panfleto que iria para a gráfica para fazer o fotolito a ser impresso esse material a ser distribuído aqui em Curitiba e lá em Foz do Iguaçu." Ele disse: "Isso aqui está na tua mão, consegui hoje ao meio dia. Peguei na casa do Chiquinho esse material e estou entregando pra vocês e vocês queimam isso aqui e essa história pára por aí." - "mas onde está o Deputado?" - "Ah, o Deputado Sâmis está num determinado escritório e está lhe esperando." - "Então vamos para lá". Entraram no carro e foram direto pra o COPE. Não percebeu que estava entrando no estacionamento do COPE. Descontraidamente os dois irmãos conversavam quando um policial sai de dentro da sala com o Chiquinho pelo braço. Aquilo quando eles viram foi um choque - dizendo: "Pelo amor de Deus, esse aí não é o Chiquinho que nós relatamos. O Chiquinho é um gordo, é alto, forte. Esse aí não é o Chiquinho." E, para surpresa maior, passa o dono da gráfica acompanhado de um outro policial. Aí o susto foi ainda maior! "O seu Ângelo é um grande amigo nosso e não tem absolutamente nada a ver com esta história. O seu Ângelo está de gaiato, Sâmis. Deputado, acabe com essa história e peça pra polícia liberar o Chiquinho e o proprietário da gráfica que eles não têm absolutamente nada."

Isso no estacionamento do COPE. E aí eu, por várias vezes, perguntava a eles: - Moisés Lara e Zezo Lara, vocês fizeram o mais difícil. Estão nos ajudando até agora. Entregaram a arte final do que seria rodado um panfleto atingindo a administração do Prefeito Dobrandino. Vocês estão com esta arte final para ser rodada na gráfica. Avisaram-nos. Entregaram-nos. O mais difícil vocês fizeram. Agora vocês têm que dizer pra polícia quem é o Chiquinho e dar o endereço, nome completo, onde ele mora e levar a polícia até esse cidadão. Eles: - Sâmis, não faça isso, nós prometemos ao Chiquinho de que não envolveríamos a polícia nessa história e de que ele entregando a arte final pra nós, esse caso estaria encerrado.

E o Chiquinho já tinha sido ameaçado hoje, meio dia, através de um telefonema de Foz do Iguaçu do seu Elvio esse Elvio para vocês se localizarem, é jornalista em Foz do Iguaçu e presta assessoria de imprensa ao Deputado Sérgio Spada.

Ele, Moisés e Zezo de Lara nos disseram o seguinte: - O Chiquinho recebeu um telefonema desse jornalista Elvio ao meio

dia, dizendo que abortasse, que queimasse todo esse material. Por sinal eles iriam para cá e iriam dar sumiço nele, Chiquinho. E o Chiquinho tem dois filhos pra criar e nós prometemos a ele de que essa história estaria encerrada no momento em que eles dessem a arte final do panfleto apócrifo."

Por várias vezes insisti em que eles entregassem quem era esse Chiquinho. Eles se negaram. O delegado os chamou na sala junto com o escrivão e tentou o interrogatório em vão, é que este Moisés Lara se recusou a entregar a identidade para iniciar o interrogatório.

Ficamos num impasse de quase uma hora. No final, o Sr. Moisés Lara, presta o depoimento, nos seguintes termos: "Que o declarante é Diretor do Sistema Paranaense de Notícias citado nesta cidade, que tomando ciência das declarações do Deputado Celso Samis da Silva, prestada nesse centro de operações policiais em data de hoje, disse que as mesmas são totalmente inverídicas, não possuindo nenhum fundo de verdade, que perguntando esclarece que não sabe nada sobre o panfleto apresentado nas declarações do Deputado supracitado, e que nessa delegacia é a primeira vez que o vê. Nada mais disse e nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme mandou a autoridade encerrar o presente, que vai devidamente assinado na forma da Lei.

Saindo do COPE os irmãos Moisés e Zezo Lara foram embora, o proprietário da gráfica e o impressor Chiquinho foram liberados, e ficou a dúvida lá no COPE. Nós fomos para o escritório da Prefeitura de Foz do Iguaçu aqui próximo do Centro Cívico por volta das 19:00 horas, lá estava o ex-Deputado Estadual Fonseca, e eu comecei a contar a história ao Fonseca e perguntei: "Fonseca, você lembra do Moisés de Lara, aquele que foi Presidente da juventude do PMDB? O Fonseca disse na hora: claro que me lembro Samis, a semana passada eu estava olhando aqui na Gazeta do Povo e o vi acompanhado do Deputado Sérgio Spada na redação da Gazeta informando que ele é seu assessor".

E aqui diz: Gazeta do Povo, página 07, quinta-feira, dia 11 de maio de 1995. Visita a redação: "Na sua visita ontem à direção da Gazeta do Povo da Rede Paranaense de Televisão o líder da Bancada do PP na Assembleia Legislativa, Deputado Sérgio Spada, comentou os entendimentos políticos que os Parlamentares pepistas mantiveram com o Governador Jaime Lerner para o apoio administrativo. "O Deputado, na sua visita, se fez acompanhar do assessor Moisés Lara. Aí veio a minha explicação, a explicação para mim, por quê Moisés Lara não queria abrir o jogo lá na delegacia.

Por várias vezes lá no estacionamento

da COPE, fora da visão, do alcance do delegado, o Moisés Lara e o seu irmão nos imploravam, quase que chorando aos meus pés, para que terminasse com essa história de que eles haviam sido ameaçados de morte por esse jornalista, Elvio Seibor, de Foz do Iguaçu, assessor de imprensa do Deputado Sérgio Spada. E que em casa, refletindo e lembrando o passado, eu veria, eu e meu primo, constataríamos que o Moisés Lara simplesmente queria nos ajudar e que nós estaríamos prejudicando o seu trabalho como profissional aqui nesta Assembleia Legislativa, e que ligasse para ele. Fomos na casa de um detetive particular, em contato com ele explicamos a história, ele preparou o aparelho, e num telefonema à casa do senhor Moisés Lara conversou, iniciou-se uma conversa primeiro com o meu primo Vânio.

No início da conversa o meu primo aranca dele de que este panfleto apócrifo, a arte final que veio de Foz do Iguaçu foi preparada pelo seu Elvio Seiber, jornalista de Foz do Iguaçu, que presta assessoria de imprensa ao Deputado Sérgio Spada lá em Foz do Iguaçu e ao PP lá em Foz do Iguaçu, e que era funcionário da Câmara de Vereadores, cargo de confiança em que fora lido por um Vereador, Líder do PP na Câmara lá em Foz do Iguaçu. Esse cidadão Lara confirma que esse panfleto fora entregue às suas mãos por esse Elvio Seiber, e que estaria também no meio, junto com Elvio Seiber, o ex-Secretário Sérgio Delfino Rodrigues, aquele que o Prefeito Dobrandino exonerou da Prefeitura e que saiu atirando, fazendo denúncias difamatórias contra a administração, e que prontamente os nossos adversários políticos, os urubus políticos, aqueles verdadeiros adversários fregueses de todas as eleições, de caderninho, de caderneta em que o Prefeito Dobrandino, caprichosamente, derrota-os fragorosamente nas urnas, acolheram esse ex-Secretário, e prontamente começaram a levar na imprensa e ele começou a denunciar, fazer denúncias frias, furadas contra o Prefeito Dobrandino, contra a administração do Dobrandino.

Semana passada ele chegou a esta Assembleia Legislativa, na quinta-feira a tarde, pelas mãos deste cidadão, Amaury Scudero, que até hoje não se sabe como vive, desempregado, trouxe ele aqui e forçou com a imprensa uma entrevista coletiva com este ex-Secretário, Sérgio Delfino Rodrigues, e que num determinado momento da entrevista ele tenta ligar a construção de uma estação de tratamento de esgoto, lá em Foz do Iguaçu, tenta ligar com esta CPI da SANEPAR que corre aqui nesta Casa. E também num determinado momento da entrevista ele diz que está sendo ameaçado de morte. Uma palhaçada!

E, nessa gravação, Sr. Presidente, com este Moisés Lara, que aparece aqui no Jornal Gazeta do Povo aparecem os dois sorridentes, ao lado do Deputado Spada, aparece como assessor do Deputado Spada, e nesta fita ele confirma também, a fita original está no COPE, nesta minha cópia aqui ele nitidamente confessa, por duas ou três vezes que presta assessoria ao Deputado Sérgio Spada. E diz que domingo passado, agora, esse material estava na sua mão e ele refletiu o domingo inteiro se passava informações deste material para Foz ou mandava para a gráfica rodar este material. Isto está aqui, nitidamente, com a voz do Moisés de Lara, não sei se tem valor jurídico, mas o fato é que está gravado aqui, na minha consciência e na consciência de todos que acompanhamos isso.

O que quero deixar, nesta Tribuna, não quero acusar, se ele é assessor do Deputado Spada, se não é, mas enfim transita diariamente pelo Gabinete do Deputado Sérgio Spada. E quero ficar convencido, através de declarações, através de uma prestação de contas do Deputado Spada, quero me convencer que o Deputado Sérgio Spada não teria conhecimento absoluto nenhum, em momento algum em que este panfleto apócrifo estava sendo rodado aqui em Curitiba, para ser despejado lá em Foz do Iguaçu. Acredito que o Deputado Spada terá uma explicação para isso. No mínimo o que ele tem a nos dizer, a mim, aos Srs. Deputados, a própria imprensa é relatar talvez a sua versão e encontrar uma resposta para tudo isso. Mas o fato é que nos últimos 60, 70 dias há um grande bombardeio dos nossos adversários lá em Foz do Iguaçu e tenta se fazer, como se tentou em 92 formar uma Frente, em 92 batizaram "União por Foz, acredite é possível". Na última hora todos desta Frente eram candidatos a Prefeito e esta Frente deu em nada e o velho Dobrandino engoliu a eleição, com o pé nas costas, e novamente esta Frente com estes velhos adversários nossos, derrotados de todas as eleições, tentam rearticular novamente esta Frente. E de sessenta dias para cá, seja na imprensa, diariamente, pilha e pilha de matérias caluniando a administração Dobrandino.

Para vocês terem uma idéia, aqui na capa aparece o seguinte: - "Conheça Dobrandino sem máscara". Ano 1, nº 1, reprodução gratuita. Editorial, "Honestidade é burrice", aí vem o editorial: - "aqui está o Prefeito Dobrandino como se estivesse tirando uma máscara de burro. E de burro vocês sabem que ele não tem nada porque há 20 anos vem ganhando eleição". Depois diz o seguinte: - "Taxas de turismo, mais uma marmelada de Ali-Babá e seus 40 ladrões", pág. 2. "A eleição do filho preguiçoso custou 23 milhões de dólares, nós

pagamos", pág. 3, "Ex-Secretário com 23 milhões de dólares", Sr. Presidente, eu não seria candidato à Deputado Estadual, Federal, Senador, talvez poderia me lançar a candidato a Governador ou iria usufruir desse dinheiro para mim e para os meus bisnetos.

São denúncias extremamente infundadas e que a mim não atinge tanto e que chega a ser ridículo pela maneira que eles colocam a matéria aqui. Mas o fato é que esse mesmo material, Deputado Alborghetti, está sendo impresso ou já foi em Assunción no Paraguai e o grosso está sendo impresso lá para ser despejado em Foz do Iguaçu como eles fizeram há 30, 40 dias atrás quando eles inundaram a cidade com um panfleto apócrifo com esse nos mesmos moldes, com as mesmas características lingüísticas de jornalista e que Foz do Iguaçu foi tomada com panfleto, é lógico que um pouco mais soft, mas da mesma linha, e agora pegamos aqui, acho que estamos abordando uma nova operação desse pessoal. Tem gente grande por trás a gente sabe disso, esse pilantra desse Amaury Scudeiro que foi candidato à Deputado Estadual lá em Foz do Iguaçu ano passado e que fez exatos 443 votos e que tem vários processos e que tem vários processos na justiça e que infelizmente foi uma cria do Prefeito Dobrandino quando o levou de Curitiba para Foz do Iguaçu na primeira administração sua em 86, assim como o ex-Prefeito Alvaro também foi cria e tantos outros que hoje nos batem foram cria desse Prefeito Dobrandino. Então há uma rede grande por trás disso, eles batem, jogam na imprensa, na mídia o dia inteiro e tentam difamar a administração de Dobrandino.

O que eu queria vir aqui Sr. Presidente, não queria ter usado essa Tribuna jamais para ter que fazer esse relato, é uma coisa desagradável, chata, ter que vir aqui colocar isso, mas queria colocar e dar ciência aos Srs. Deputados e a essa Presidência de que se aparecer panfleto aqui domingo na convenção do nosso Partido nas Secretarias de Estado e ser despejado lá em Foz do Iguaçu vocês têm mais ou menos ciência de quem está por trás e está preparando tudo isso.

Sr. Presidente era o que eu tinha a relatar, muito obrigado Srs. Deputados pela atenção!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encontrem-se em visita no Plenário Severino Folador Presidente da Câmara Municipal de Cascavel, Dr. Evelton Santos Presidente da Associação dos Agricultores do Oeste do Paraná, Dr. Mário Montagner, Presidente da Associação dos Agricultores do Paraná, a convite do Deputado Edgard Bueno. E o Dr.

Ademir Severino Alves Presidente da Câmara de Vereadores de Laranjeiras do Sul a convite do Deputado Orlando Pessuti, e o Vereador Gimauro.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendíamos usar da palavra num horário um pouco mais extenso que este. O primeiro assunto é referente ao comércio varejista de todo Paraná, não tão somente aos grandes supermercados e nem tão pouco aos médios supermercados mas como também aquele pequeno comerciante do fundo do bairro, aquele que por determinação da nossa Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná tenha a si, aquilo que realmente é identificado com a contribuição do ICMS. A diferenciação de alíquota fazendo com que o produto quando passa na caixa registradora seja ele diferenciado por essa ou por aquela posição faz com que não possa nesse curto espaço de tempo, serem essas caixas registradoras substituídas de imediato. Por isso cumprimos aos Deputados que em tão boa hora subscreveram esta moção, onde está estampado a S.Exa. o Senhor Governador e Secretário de Finanças do Paraná, para que determine uma dilação de prazo, para substituição das caixas registradoras, até o final do ano, para que possam os senhores comerciantes, terem o fôlego para substituição e adaptação das alíquotas de cada produto. É inadmissível que passe uma compra onde um produto tem alíquota, o outro tem o diferenciado e o terceiro subsequente também, não possa, naquela hora, ser manipulado o índice previsto na lei, proposta esta já feita pelo ilustre Deputado que ora preside a Casa, 1º Secretário Luiz Carlos Martins e que agora, endossado em um pedido de toda a casa, acredito que será atendido.

O segundo assunto que nos leva à tribuna é o que aconteceu na manhã de ontem. Há 15 anos passados, quando éramos prefeito da Cidade de Ponta Grossa e lá levamos a Coca-Cola, lá levamos a Paraná Refrigerantes, presente na instalação de uma fábrica que sabíamos seria uma fábrica de fôlego, não só à nossa, mas a todas as administrações que nos sucederam e que realmente trouxeram aquele alento, não só de emprego, mas a malha de distribuição dos produtos ali industrializados, à nossa cidade, à nossa região e ao nosso Estado.

Já tínhamos naquela ocasião, o compromisso firmado de que a fábrica Kaiser seria instalada no nosso domicílio, há 15 anos passados. Qual foi a nossa surpresa, de que no governo anterior ao que aqui se encontra, não houve um diálogo e uma afinidade pela qual o governo do Estado pu-

desse dar aquilo que as empresas que aqui eram vocacionadas pelo MERCOSUL que se avizinhava, como foi instalado neste ano de 95. Tinha aquela alta direção da Paraná Refrigerantes, a integração daquela esquina que é a região dos Campos Gerais e que é o Paraná, no MERCOSUL, fazendo uma rota de Buenos Aires e São Paulo, seja pela nova estrada, novo traçado que o ilustre ex-Presidente desta Casa, Orlando Pessuti, junto com os Senhores Deputados Algaci Túlio, Djalma de Almeida César, com Nereu e com ilustres outros Senhores Parlamentares e esse que vos fala, defendemos, quando tiramos ainda, junto com o Toti Colago, aquela transitabilidade da rodovia do MERCOSUL do litoral e trouxemos, com os parceiros de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e com as três Nações que compõem o MERCOSUL com o Brasil, interiorizamos, trazendo-a, do interior do Rio Grande do Sul, do interior de Santa Catarina e passando pelo interior do Paraná. Esse fluxo de mercadorias, fez com que o Paraná fosse a esquina realmente do que melhor possa existir e a Kaiser vendo isso, sabia que aqui realmente a instalação da fábrica seria de grande valia econômica e social ao nosso Estado.

Junto a ela, na manhã de ontem, quando foi oficializada, quando o Governo do Estado entendendo que novos empregos devem ser gerados, que a economia deve ser diversificada ao interior do Estado, dando ao Parque Industrial Ciro Martins da nossa cidade, a instalação dessa indústria. Junto a ela o que virá? Virá a fábrica de vasilhame, virá a fábrica de tampinha, virá a comercialização dos produtos e o escoamento da sua produção.

Virão inúmeros outros empregos e inúmeras outras indústrias atreladas a esse setor. Junto a tudo isso queremos cumprimentar o Governador Jaime Lerner, cumprimentar o Secretário de Desenvolvimento Econômico Indústria e Comércio Kalil, cumprimentar o nosso Secretário de Finanças que houve por bem, num ajuste final, oferecer os incentivos que outros Estados estavam por oferecer àquela indústria para instalação em Santa Catarina e no próprio Rio Grande do Sul.

Foi uma briga leal aonde a oportunidade da disputa se fez em campo limpo. Aonde realmente o interesse do Paraná foi preservado e aonde o interior do Paraná foi agraciado com a instalação desta indústria. Muitas outras virão a outros quadrantes do Estado e tenho a certeza que essa dinâmica e essa diretriz feita pelo Governador Jaime Lerner será a todos os paranaenses. O terceiro assunto que nos leva, Senhores Deputados, é com referência ao nosso Ministro da Agricultura.

Quando ele assumiu a agricultura do País herdou aquilo que todos nós somos testemunhas, muitos Deputados aqui descreveram o quadro caótico que se encontra a agricultura do nosso Estado, não por esses 4 meses ou 5 meses de gestão do atual Ministro, mas por inoperância dos antecessores que não deram a condição mínima para que o homem do campo tivesse aquilo que é mais sagrado, que é o incentivo à produção e um preço justo no seu produto. Sabemos de antemão das necessidades que abrange o setor agrícola porque Ponta Grossa e a Região dos Campos Gerais é eminentemente agrícola.

Sabemos das dificuldades em que se encontram os senhores lavradores, agricultores de porte médio e grande e aqueles pequenos agricultores lá do fundo do Vale do Ivaí e de outros as dificuldades em que se encontram como o próprio José Tavares aqui argumentava em outra ocasião.

Mas o que é que ocorre? Adianta sacrificar o Ministro que é paranaense? Que tem procurado somar com tudo aquilo que expusimos a ele. Adianta tirar um paranaense que faz uma posição defendendo o Paraná para colocarmos um outro do Nordeste? Um outro que vai, realmente, levar a atenção como já está sendo levada nas posições que tomamos aqui em termos de Estado!

Não adianta!

E venho a esta tribuna para dizer em alto e bom som: confio, mesmo não sendo do nosso partido, confio na capacidade demonstrada por Zé Eduardo, não só no banco, mas nas fazendas que ele possui, na agropecuária que tem um departamento das suas organizações. Confio que a solução será alcançada. Por isso esse voto de confiança.

Concedo aparte ao Deputado José Tavares.

O Sr. José Tavares - Deputado Zuk, apenas para me solidarizar com Vossa Excelência, quando fala na defesa do Ministro José Eduardo.

Vivi em Brasília oito anos como Deputado Federal e vi passar pelo Ministério da Agricultura não sei quantos ministros e nada, absolutamente nada fizeram.

Portanto, já que temos agora, a rara oportunidade, porque é o que o Paraná mais reivindicou nestes dez anos, no mínimo, era a presença de um paranaense, dado a sua importância no setor econômico como produtor de grãos de um Ministro da Agricultura. Agora que temos um, não podemos, de forma alguma, nos calar, quando começamos a ver orquestrada uma campanha para derrubá-lo. Portanto, Vossa Excelência está de parabéns.

Não sou do partido do Ministro José Eduardo, não tenho amizade pessoal com Sua

Excelência, mas como Deputado do PMDB e do Paraná, tenho obrigação, no mínimo, de sair em sua defesa como Vossa Excelência está fazendo nesta hora. Ruim com ele, pior sem ele.

E por isso mesmo, acho que esta Casa, neste momento, tem que se levantar em solidariedade ao Ministro para que ele continue à frente da pasta da agricultura e com a sua experiência, e com os seus compromissos de homem do Paraná, possa nos ajudar nos momentos mais difíceis que a nossa agricultura tem vivido.

O Sr. Nereu Moura - Nobre Deputado Luiz Carlos Zuk, quero cumprimentá-lo pelo brilhante discurso, tenho acompanhado a sua atividade parlamentar já no período passado e sei do seu trabalho, do seu amor ao Paraná, e sobretudo a região dos Campos Gerais.

Quero dizer, Deputado Luiz Carlos Zuk, que o Ministro José Eduardo, na verdade, paga o preço da política econômica imposta pelo Governo Federal. O Deputado Federal Odacir Klein deixou de aceitar o Ministério da Agricultura, porque o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, colocou que era preciso. A preocupação do seu Governo seria com o sucesso do Plano Real.

E sabemos que a agricultura está hoje mantendo o Plano Real, é a agricultura que está sendo sacrificada e o Ministro José Eduardo de Andrade Vieira tem, na verdade, pago um preço alto, porque em função da política global do Governo Federal.

É por isso que não podemos entrar no discurso fácil, na falácia de buscar jogar o Ministro do Paraná. Não o conheço, nunca conversei com o Ministro José Eduardo, então estou colocando aqui apenas a minha opinião, que Vossa Excelência, de fato faz um pronunciamento coerente e justo, salvando, buscando dar ao Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, justamente uma palavra de ânimo neste momento em que a agricultura exige por parte do Governo Federal atitudes que possam salvar o agricultor, a agricultura da falência que vivenciamos neste instante. Por isso mesmo que também quero me solidarizar com Vossa Excelência, nobre Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradeço o aparte e concedo ao ilustre Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Ouço o seu pronunciamento, e no decorrer desta semana também fiz um pronunciamento, não em forma de crítica, mas sim em forma de alerta, sobre a situação das empresas, das pequenas e médias empresas. E entrei um pouco

no campo da agricultura. E me preocupa ter um Ministro paranaense, todos que conhecemos o Ministro José Eduardo pela sua história, o que preocupa é que o Ministro está na pior fase do Ministério da Agricultura a nível de Nação. E isto acredito que o Ministro terá que tomar medidas, não na agricultura, mas de esclarecimento do seu pronunciamento. Porque tenho certeza que o Ministro José Eduardo nesse momento está em dúvida da sua permanência no Ministério da Agricultura.

Nós paranaenses temos que torcer, porque ruim com o Ministro da Agricultura do Paraná, pior com um Ministro que não seja paranaense, porque somos um Estado eminentemente agrícola.

Mas que o Ministro José Eduardo está em dúvida com a sua permanência no Ministério, não tenhamos dúvida disso, porque ele sabe que a agricultura brasileira atravessa o seu pior momento das últimas décadas. E isto preocupa a todos paranaenses, e tenho certeza que está preocupando também o Ministro José Eduardo. E ele deveria vir a público mostrar qual é o seu projeto para a agricultura do Paraná, porque tenho certeza que o posicionamento do Ministro José Eduardo traria um alento a todos os agricultores paranaenses. O seu silêncio é que preocupa a todos os agricultores.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradeço o aparte e concedo ao ilustre Deputado Eduardo Trevisan.

O Sr. Eduardo Trevisan - Deputado, na verdade o meu aparte é a repetição dos dois apartes anteriores. Mas se o Deputado permite, quero manifestar minha alegria de ver, como pertencente ao PTB, que tem na figura do Ministro José Eduardo seu líder maior, de ver que aqui, nesta Casa, há um amadurecimento muito grande, de todos os Deputados, independente da sigla partidária, que entendem que o Ministro José Eduardo é muito mais o Ministro do Paraná do que o Ministro do PTB, e desta forma externam o seu voto de confiança, o seu apoio, a sua permanência.

Porque bem disse o Deputado Rossoni, era muito pior se tivéssemos um outro Ministro que não fosse o paranaense, por isso, nesta hora de dificuldade, de inferno astral que vem vivendo o Ministro José Eduardo, injustamente, porque quem define, na verdade, esta política agrícola, crédito agrícola, os financiamentos, tem sido a área econômica do Governo e não o Ministério da Agricultura.

E esta hora, é hora de nós paranaenses nos unirmos e darmos apoio ao Ministro para que, tenho certeza, num futuro bem próximo, possamos estar vivendo uma situação

diferente na agricultura brasileira. Porque o nosso Senador e Ministro não entrou lá para ser apenas mais um Ministro, mas para ser um grande Ministro da Agricultura e transformar esta situação de penúria que nosso agricultor vem passando há muito tempo.

Por isso, parabéns, Deputado Zuk.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Zuk, quero somar-me ao seu pronunciamento, até porque podemos falar com toda tranquilidade.

Há questão de 45 dias atrás, ocupamos a Tribuna desta Casa, lendo uma carta que a Bancada do PSDB, naquela oportunidade estava enviando ao Presidente da República, falando do problema da agricultura no Paraná. E um dos itens que colocamos ao Presidente é que não concebíamos que os setores da área econômica tivessem supremacia sobre o setor da agricultura e isso tem feito com que a agricultura seja sempre relegada a segundo plano em nosso País. E acreditamos que a saída para a agricultura é ter um Ministro com poder de decisão. Para isso, há necessidade de sensibilizar por parte da área econômica e também por parte do Presidente da República, considerando a agricultura prioridade número um, no País.

Tivemos algumas discussões aqui no Plenário, inclusive há dias atrás, onde Vossa Excelência, de forma genérica, até fez algumas críticas pesadas a toda equipe econômica. Mas, vejo que Vossa Excelência refletiu, e acho que é fundamental que todos nós, temos o dever de dar todo apoio principalmente aos dois Ministros paranaenses que estão ocupando cargos no Ministério do País.

Acho que esse momento é importante. Devemos somar esforços para que tenhamos Ministros com poder de decisão para que os problemas, principalmente da agricultura, sejam resolvidos a curto prazo. E que tenhamos uma política agrícola, para os próximos anos para o País. Seria inconcebível resolvermos o problema da agricultura com medidas que vêm ocorrendo.

Tenho algumas críticas a fazer ao Ministro da Agricultura: acho que a possibilidade do agricultor vender 150 sacas, pelo preço mínimo, não é solução. Na nossa região, Campos Gerais e Ponta Grossa, onde se planta com alta tecnologia, 150 sacas é produção de pouco mais de 1/2 hectare. Não é solução, precisamos de política de longo prazo. Para isso, precisamos que o Ministro da Agricultura seja fortalecido, acho que é dever da bancada estadual dar apoio ao Ministro, neste momento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Queria dizer que naquele embate, aonde tivemos pontos

diferenciados, a sua pessoa e a nossa é a somatória de um pensamento comum que está sendo estampado na tarde de hoje. Não há nada, Deputado Silvestri, daquilo que Vossa Excelência posicionou e debatemos de um campo lícito e de entendimento que deve prevalecer nesta Casa.

Concedo aparte ao Deputado Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Estive analisando o pronunciamento de Vossa Excelência e gostei muito da atitude do Deputado José Tavares, porque ninguém chuta cachorro morto.

Quando tinha apenas um Programa de Rádio e era campeão de audiência, todos me chamavam de louco. Comecei na Rádio Tabajara em Londrina, depois fui para a televisão, para a Rede OM, hoje CNT. Então, quando você incomoda as pessoas, você é um coitado. Quando você começa, fiquei seis meses, Deputado Zuk, praticamente, se disser que fiz comércio no Paraná, não fiz, fiz um com o Deputado Algaci, compartilhei do mesmo palanque do Jaime, fiz em uns dois municípios, fiz em Londrina com o Jaime, não me preocupei, fiz 65.344 votos no Paraná, uma votação para mim esmagadora, dois estádios: do Café, lotado; o Estádio Couto Pereira lotado. Isso para mim, é uma massa humana. Então, ninguém chuta cachorro morto.

Hoje, estou na Rede Independência, que é uma nova rede que nasceu no Paraná, da família Petrelle, uma nova rede, uma rede que quer mostrar o Paraná e já estou sendo campeão de audiência no horário, com seis meses passados. Já está todo mundo preocupado. Então, ninguém chuta cachorro morto.

Quando o Ministro José Eduardo comprou os 49% da Folha de Londrina, já virou um campo de batalha, foi pau para todo lado. Quem tem a maioria das ações é o nosso querido João Milanez. Então, há aquele comentário que o Senador José Eduardo é dono da CNT, não é dono da CNT. O Grupo de José Eduardo tem 49% e o empresário José Carlos Martinez tem 50%. É um direito que o assiste, ele é um empresário, se ele quiser comprar dez fazendas, cinquenta fazendas, se ele não é ladrão, corrupto, bandido, é um direito que o assiste, é um direito que assiste a qualquer um de nós.

Quando entrei na campanha do Governador Jaime Lerner, lembro-me que o Governador estava no escritório aqui na Fundação dele, sozinho. Fui lá conversar com ele disse: "Alborghetti vou ser Governador do Paraná." Quando falei que o Jaime ia ser Governador do Paraná todos me chamavam de louco. Então agora, vejam bem, o Ministro José Eduardo não tem condições de salvar a agricultura do Brasil. Porque que os outros Ministros não salvaram a

agricultura brasileira, parece que nenhum Governo dá certo nesse País Deputado Zuk, entra Governo sai Governo, entra Governo sai Governo.

O Presidente Fernando Henrique está há cinco meses e já querem que ele salve o Brasil. O Governador Jaime Lerner assumiu esses dias. Quando o Governador Alvaro Dias assumiu o Governo foi o mesmo cavalo de batalha. Assumiu o Governador Requião foi o mesmo cavalo de batalha. Ninguém tem condições de resolver os problemas do Paraná em três dias, em seis meses. Ninguém tem condições de resolver a agricultura brasileira em seis meses de trabalho. Agora, dizer que o Senador, não é porque sou do PTB, não devo nada ao Ministro e ele não me deve nada, não tenho o rabo preso com ele e ele não tem o rabo preso comigo, fui convidado para ingressar no Partido Brasileiro, estou com muita galhardia representando o meu Partido, fui o mais votado na história do meu Partido, e ainda sobrou muito voto para trazer muita gente para cá com muito orgulho e com muita satisfação.

Não estou aqui defendendo o Ministro porque devo alguma coisa a ele, não, estou falando a verdade como disse o Deputado Tavares, como disse o Deputado Seleme e como está dizendo V. Exa.. O Ministro da Agricultura, Senador José Eduardo não tem condições de salvar esse País do dia para a noite, a agricultura brasileira está falida há muitos anos. A Agricultura brasileira o Senhor que representa os campos gerais, o Jocelito, o Plauto, o Deputado Tavares que é "pé vermelho" como eu, tantos outros companheiros que tem aqui, o Deputado Miltinho Pupio que é "pé vermelho, pé rachado" lá de Jandaia do Sul sabe o que é agricultura, todo mundo fala em agricultura no Brasil todo mundo fala, é um banquete, assume o Ministro... vou salvar; ninguém falou que vai salvar nada.

Acho que tudo tem o seu tempo. O problema do litoral do Paraná, o Deputado Angelo Vanhoni, concordo com ele quando quer criar a coordenação para se cuidar do litoral do Paraná, se criar município se não tem condições de construir nem a Prefeitura, nem o fórum, não tem condições de arrecadação. É um desabafo! Mas olhem, fazer agora tirar o Ministro José Eduardo, porque ele é Presidente do Bamerindus, porque ele é sócio do empresário José Carlos Martinez, porque ele é sócio do João Milanês? Deixa lá? Cada um com a sua vida. Estou defendendo aqui o Paraná. Sou paranista. Quero que o Ministro Reinhold Sthephanes faça um bom governo na área do social na previdência, sei que é duro, não é fácil. Quero que o Ministro José Eduardo coloque em plano o seu trabalho da agricultura brasileira, mas, me perdoe, não é

fácil, Deputado Luiz Carlos Zuk. Pode o Fernando Henrique terminar o seu governo, vai levar pau, vem outro Presidente. O Senhor está vendo aí greves e mais greves e aí é uma "pauleira". Está faltando gás, gasolina, petróleo, esta uma paradeira geral. Ninguém se entende, ninguém fala. Um não quer dar o braço para o outro. Está difícil de entender o meu País, chamado Brasil, mas gostaria que o Presidente Fernando Henrique, que os petroleiros, gostaria que esse País caminhasse de encontro ao seu destino e que dêssemos uma oportunidade ao Ministro José Eduardo, para que ele coloque em prática a sua plataforma de trabalho na área da agricultura.

Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradeço o aparte dado por todos os Senhores Parlamentares e queria dizer neste instante, da preocupação nossa que representamos junto com Milton Puppio um dos ramais da fome neste Estado, quando o Deputado Milton Puppio procura o Banco do Estado do Paraná, em nome daqueles agricultores que acreditaram num programa que era dado pelo governo anterior, onde...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Martins) - Vossa Excelência tem um minuto para conclusão.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Onde trocaram os produtos pelos tratores oferecidos e infelizmente, esses produtos não acompanharam o preço do trator que foi comercializado na base da troca. O próprio Deputado Edson Nerone Silva Lino tem em suas mãos, dezenas de companheiros seus e amigos nossos que, infelizmente, não por vontade, mas por não poderem saldar os compromissos assumidos, estão devolvendo os tratores de volta ao BANESTADO, porque não há outra forma e nisso é que se encaixa a posição do Ministro José Eduardo e quando vemos estampado nos jornais de grande circulação desse Estado, na televisão e algumas emissoras de que o Paraná e mais precisamente um representante do Paraná, pediu a cabeça do Ministro José Eduardo, fez com que viêssemos aqui nesta tribuna, dizer que o caminho não é esse. O caminho é do entendimento, o caminho é do posicionamento paranístico e a nossa posição, fosse de que Partido fosse, como é o ilustre Ministro, de outro Partido que não é o nosso, fosse ele de qualquer agremiação, teria o nosso aval, o nosso posicionamento e a nossa solidariedade.

Termino como iniciei, Senhor Presidente Anibal Khury, pedindo uma vez mais ao Paraná, na pessoa de Jaime Lerner, na pessoa do Senhor Secretário de Finanças, que aceite a ponderação da maioria dessa Ca-

sa, ou da totalidade, no que concerne àquilo que o Reny Borsatto fez angariando as assinaturas, como também cumprimentando a instalação da Kaiser no Paraná e terminando com um cumprimento e um voto de solidariedade ao Ministro da Agricultura neste País.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Angelo Vanhoni no Horário do PT.

O SR. ANGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Na madrugada de hoje, por decisão do Presidente da República, as forças do exército ocuparam as refinarias de petróleo de todo o País. Uma refinaria a Refinaria de Cubatão, está ocupada pelos petroleiros. No mês de novembro passado os petroleiros brasileiros depois das negociações salariais, estipularam um acordo com o Presidente Itamar Franco, sob a mediação do Presidente Itamar Franco e o Ministro das Minas e Energia. Logo após houve um questionamento por parte dos setores do Governo de que aquele acordo estaria na realidade, comprometendo o Plano Real e que aquele acordo firmado com a categoria petroleira estaria colocando em risco o plano de estabilização financeira e econômica do nosso País.

O acordo foi desfeito por parte do Governo. Os petroleiros entraram em greve, isto em novembro do ano passado. Novamente o processo de negociação, daí com a intermediação já da equipe de Governo que iria assumir a condução do país a partir de 1º de janeiro, a equipe do Senhor Fernando Henrique Cardoso. Um novo acordo foi estabelecido. Um novo acordo, Deputado Alborghetti que prevê do ponto de vista de reivindicações salariais, o acréscimo de 12% nos intervalos do plano de cargos e salários dos petroleiros, a ser pago no mês de janeiro e fevereiro. Não foi pago no mês de janeiro e no mês de fevereiro. O processo de negociação vem se arrastando desde o começo do ano: descumprimento do acordo assinado, também, por Ministro de Estado do nosso País.

Não restou outra alternativa, Senhores Deputados, aos trabalhadores da PETROBRAS o que é legítimo por um acordo assinado por representantes do Estado brasileiro de uma empresa pública como a PETROBRAS o não cumprimento do acordo, deflagraram o movimento no sentido de forçar as negociações para o cumprimento do acordo coletivo então assinado.

A imprensa tem noticiado sistematicamente no nosso País de que a categoria petroleira, e assim como outros trabalhadores de empresas públicas do nosso País, são trabalhadores que percebem salários

bem diferenciados do que os salários da maioria dos trabalhadores do nosso País da iniciativa privada. Uma campanha para caracterizar que funcionários do Banco do Brasil, funcionários da Caixa Econômica, os trabalhadores da TELEBRÁS, os petroleiros são marajás.

Quero fazer a leitura para Vossas Excelências do ordenado padrão de um trabalhador petroleiro. Tem contra-cheque da categoria inteira a disposição dos Deputados e da sociedade. Ordenado padrão de um petroleiro R\$ 442,00 básico, ganha mais R\$ 115,00 de adicional de trabalho noturno, e ganha mais R\$ 132,00 de periculosidade porque trabalha no sistema de refino de petróleo do nosso País, mais adicional hora-extra de 100% sobre a hora-extra trabalhada, total bruto R\$ 863,00, descontados as vantagens total líquido, trabalhador com dez anos de casa, R\$ 410,00 líquidos. Junior André Folle, outro trabalhador petroleiro, salário base R\$ 442,00, adicional de periculosidade R\$ 115,00, adicional por trabalhonoturno R\$ 172,00, total bruto R\$ 904,00, total líquido recebido R\$ 425,00 por mês.

É esta a situação da categoria trabalhadora no sistema PETROBRAS. Os trabalhadores estão em greve há vinte e dois dias, é verdade que começa a faltar gás no nosso País, é verdade que começa a faltar em vários postos de gasolina, o óleo combustível para colocar os veículos e colocar a indústria do nosso País em movimento. Mas se isso é verdade, é verdade também que o Governo Federal, numa atitude irresponsável, numa intransigência vem tentando quebrar a espinha dorsal dos trabalhadores do sistema PETROBRAS.

Todos sabemos que há no Congresso nacional uma proposta de revisão de Emenda Constitucional que diz respeito a flexibilização dos monopólios. Neste momento importante da vida nacional, aonde o Congresso Nacional analisa a possibilidade da quebra dos monopólios, o Governo Federal, numa atitude irresponsável, joga os trabalhadores petroleiros, que reivindicam o cumprimento de um acordo, a uma greve para colocar a opinião pública do nosso País contra os trabalhadores, que são aqueles que junto com o povo brasileiro defendem o patrimônio público do nosso País.

A situação é grave, se o Governo brasileiro, com a medida violenta, no lugar de abrir negociações, discutir e proceder o final do movimento paredista, ocupa as refinarias com tropas do exército, tenciona no sentido de pressionar e intimidar os petroleiros a desistirem do seu movimento grevista. Posso lhes afirmar que esta intenção não será alcançada, mais do que isso, os petroleiros brasileiros hoje estão assinando uma carta coletiva de demissão,

do conjunto dos 40.000 petroleiros de nosso País. Uma única refinaria brasileira trabalha, em Minas Gerais, com 30% dos petroleiros trabalhando nesta refinaria o resto do complexo está parado. É importante que os Deputados da Assembléia Legislativa, como já fizeram há duas semanas atrás aprovando uma moção, assinada pelos líderes das Bancadas dos Partidos aqui presentes, solicitando ao Presidente da República, a imediata abertura de negociação. Pois nós entendemos que a medida da força, para resolver um problema trabalhista só vai agravar uma situação que está levando a um momento de dramaticidade muito grande.

Lembremos o que aconteceu em Volta Redonda, quando os trabalhadores, por reivindicações trabalhistas daquela siderúrgica, e o Governo, naquele momento, a medida de impôr a força militar para tentar solucionar conseguiu o derramamento de sangue dos trabalhadores brasileiros na Cidade de Volta Redonda.

O Paraná tem uma refinaria, a família dos petroleiros e o povo paranaense não deseja que a solução seja a do conflito. Acho que esse desejo é um desejo de todos os Deputados que a solução seja o diálogo. Quero convidar os Deputados, já tive a oportunidade de conversar com vários Deputados de que se dirijam, após o término da sessão ao Sindicato dos Petroleiros antes que o conflito alcance proporções indesejáveis a todos nós. Que a força da representação política que cada Deputado tem na envergadura de seu mandato popular, possa, junto aos petroleiros, não só prestar solidariedade neste momento dramático porque estes trabalhadores passam mas dizer a eles que esta Assembléia vai continuar encetando todos os esforços, junto as autoridades nacionais para que a solução do conflito seja a solução do diálogo e a solução democrática.

Por isso faço um apelo que a maior parte dos Deputados que possa comparecer ao sindicato para que a possamos, em nome da Assembléia Legislativa, levar esta moção, este gesto de solidariedade e esta decisão da Assembléia que aposta no diálogo para solução dos conflitos trabalhistas brasileiros.

O Sindicato dos Petroleiros situa-se na Rua Lamenha Lins, nº 2064.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Spada.

O SR. SERGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Peço permissão a Vossas Excelências para falar aqui mesmo da Bancada porque me sinto sinceramente constrangido em tratar

de um assunto que considero pequeno e particularmente pelo direcionamento que está se querendo dar a essa questão: A famosa guerra dos panfletos que está acontecendo na Cidade de Foz do Iguaçu, nos últimos dias.

Reprovo, eu inclusive tomei todas as providências legais para que este tipo de coisa não aconteça em lugar nenhum porque acho deplorável, muito menos na minha cidade. Mas o que aconteceu na verdade foi o seguinte: em Foz do Iguaçu existe um movimento organizado chamado Inter-sindical que é um movimento de 15 sindicatos de Foz do Iguaçu e existe também a Central de Movimentos Populares que é uma entidade que existe em Foz, no Paraná e no Brasil que publicou o jornal denominado Panfleto também fazendo denúncias, acusações quanto determinados atos da administração municipal, denunciando, trazendo na capa a foto do Jorge Castanhera aquele sujeito que está preso, era o Diretor Presidente com a fronteira, mas enfim, agressivo, digamos bateduro.

O problema é de quem assina esse documento que é a Inter-sindical que assumiu publicamente a autoria e defendeu esse panfleto. Alguém se julgou prejudicado, o caminho é a justiça, até porque quem é o autor do panfleto está aí identificado, justiça, inquérito policial. Na sequência, digamos como revide surgiu um jornal chamado Apócrifo, esse sim covardemente impresso usando, inclusive, uma denominação supra-sindical de Foz. Não existe, acho que até é o uso indevido do movimento sindical que na verdade não contribui para o trabalhador, só confunde a cabeça do trabalhador porque esse supra-sindical não existe.

Baixaria total, do começo ao fim, papel caro, não sei o nome desse papel, muito bem impresso e foi jogado às portas dos colégios, nos bairros de Foz do Iguaçu e foi mandado para as autoridades mais representativas do Estado, lideranças, cerca de mil quatrocentas e poucas correspondências, logicamente sem o remetente, através do correio de Foz do Iguaçu. Sou logicamente uma das pessoas agredidas, violentamente agredida nesse panfleto. O que eu vou fazer? Vou achincalhar alguém? Vou atribuir culpa à alguém? Claro que não. Qual é o caminho? Justiça, polícia. E tenho aqui inclusive cópia do pedido que formulei junto à Polícia Federal, junto ao Ministério Público, e desse pedido existe hoje tramitando na Delegacia de Polícia Civil de Foz do Iguaçu um inquérito policial que deverá apurar a autoria e os responsáveis e quem pagou a impressão desse jornal Apócrifo. Não sei quem é, espero que a polícia tenha competência e a justiça também para que apure a autoria desse

panfleto injurioso, calunioso e sem autoria.

Hoje ouvi estupefato aqui o discurso que aliás foi feito na Rádio Cultura de Foz do Iguaçu pelo nobre Deputado investigador, pela história que contou virou investigador Sâmis da Silva. Acho que ele tem o direito e até o dever de fazer o que fez. Pedir providências, investigar, se possível prender, se possível colocar na cadeia condenado criminalmente que faz esse tipo de coisa.

Agora o nobre Deputado Sâmis afoito, é normal e até natural faz acusações que não condizem com a verdade. Só uso esse espaço da Liderança do PP para repor a verdade no seu devido lugar. Ele afirma que o Webert Seibert, um jornalista de Foz, que o Amauri Scudeiro que é o Presidente do PSDB de Foz e que Moisés Lara são meus assessores. Redonda e profundamente enganado o Deputado Sâmis.

Acho isso uma coisa tão pequena! Só estou fazendo isso, para esclarecimento para que fique registrado nos Anais da Casa e quero encerrar essa polêmica por aqui. Aliás, tenho uma audiência marcada com o Secretário da Segurança Pública, daqui a pouco e vou pedir rigor para investigar em profundidade a autoridade desses panfletinhos e vou pedir para o Secretário que, concluído o inquérito, o mais rápido possível, seja remetido à polícia, à justiça e que aja depressa e puna os responsáveis.

O Sr. Sâmis da Silva - Um aparte, só para esclarecer onde entra o Senhor Moisés Lara, como ele circula em seu gabinete.

Em momento algum, quando usei da tribuna, não lhe coloquei a carapuça, não lhe incriminei. Disse que gostaria que Vossa Excelência fizesse chegar a mim e eu entendesse de que Vossa Excelência não teria absolutamente nada, como, de fato, acho que não tem, mas justamente o cidadão que estava com a arte final pronta, não sei se foi incumbido a ele, ele entra com um tal de "Chiquinho" na história, esse cidadão que estava com a arte final pronta para ir à gráfica, para fazer o fotolipo, para fazer esse folheto apócrifo, pois este sim é apócrifo e ele nos entrega esse material e ele aparece na Gazeta do Povo, na página 7, dia 11 de junho, ao seu lado, como seu assessor.

Acredito, Deputado Spada que lhe conheço de muitos anos atrás, já lhe ajudei em campanhas, na sua primeira eleição para Deputado Estadual, quando eu ainda era criança, e acredito que o senhor por trás disso não deve absolutamente nada, mas há que se esclarecer que o Senhor Moisés Lara, que se diz seu assessor e que lhe presta assessoria e ele confirma nessa fi-

ta e nessa gravação, há que se esclarecer por que ele circula no seu gabinete, como chegou o material a ele para que ele fosse imprimir na gráfica. A minha indagação é essa. Não estou acusando ninguém. Acho que a carapuça não vai servir para ninguém e acho que deve ser esclarecido esse fato.

O SR. SERGIO SPADA - Agradeço, Deputado Sâmis e chego à conclusão por que Vossa Excelência se induziu ou deduziu que o Moisés Lara seria meu assessor. Moisés Lara, na verdade, o conheço de longo tempo, do tempo da juventude do PMDB e depois perdi o contato totalmente com ele. Há pouco tempo ele apareceu no gabinete, oferecendo serviços de rádio. Tivemos alguns contatos e coincidentemente, numa das visitas que fiz à Gazeta do Povo, ao Francisco da Cunha Pereira, ele me acompanhou. Acompanhou-me sem vínculo empregatício, sem nenhum tipo de compromisso, coisa alguma.

Deputado Sâmis, é bom que fique claro isso. Não tenho nenhum vínculo com Moisés Lara, não tenho nenhum vínculo com Seibert, nem partidário, nem filiado ao meu Partido é, e concordo com Vossa Excelência essas questões têm que ser apuradas para que a política não desça muito o nível, porque vai para o lado pessoal, vai para o lado familiar e aí fica difícil depois, de contornar as coisas. Prefiro discutir política no campo administrativo, no campo político e no campo das idéias. Gostaria de convocar Vossa Excelência, para que agíssemos dessa forma doravante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Romanelli com a palavra.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu, como todos que estão aqui neste Plenário, tomamos conhecimento que, finalmente, depois de uma delonga de seis anos, a Cervejaria Kaiser resolve instalar em Ponta Grossa a sua unidade para o Paraná e para nós todos, paranaenses, uma alegria muito grande, porque, seguramente, nós vamos poder tomar muito mais cerveja de uma Cervejaria instalada em Ponta Grossa, embora as preferências sejam pessoais, e como diz o Deputado Algaci Túlio, são as mais diversas possíveis, mas a Kaiser instala uma fábrica, que, segundo o que está publicado na página 3 do Caderno de Economia da Folha de Londrina - a nossa grande Londrina, Deputado Alborghetti na data de ontem, diz aqui alguma coisa que preocupa muito a qualquer cidadão paranaense, especialmente nós que temos uma delegação de representar aqui, parcela dessa população. Diz o Presidente da Kai-

ser que a instalação dessa fábrica vai produzir 150 mil litros de cerveja por mês, o equivalente a um milhão e oitocentos mil litros por ano.

Muito bem, se considerarmos o custo da venda de uma garrafa de cerveja, vamos verificar que vai gerar 250 empregos diretos e mil indiretos. E continua a matéria. Ouvi o Governador Lerner, logo no início, dizendo porque ia atrair indústrias para o Paraná. Porque o Paraná tinha a melhor mão-de-obra, a melhor infra-estrutura para o fornecimento de água e energia elétrica, e, fundamentalmente, porque aqui é um Estado que tem, na verdade, condições de instalar qualquer empresa. E fiquei surpreso ao ver o Secretário da Indústria e do Comércio dizendo, e aí o Presidente da Kaiser dizendo que vai instalar a fábrica porque conquistou a garantia de isenção fiscal do governo estadual com carência de dez anos para o recolhimento dos tributos estaduais. Como o ICMS.

Então, Senhor Presidente, estou encaminhando e espero ter o apoio, um Requerimento de Pedido de Informações ao Secretário da Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico do Paraná, solicitando os seguintes esclarecimentos:

"REQUERIMENTO

Súmula: Requer pedido de informação à Secretria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico.

Senhor Secretário.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após deliberação do douto Plenário, seja enviado um pedido de informação ao Exmo. Senhor Secretário de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico, com o intuito de obter as seguintes informações:

1) Quais os benefícios fiscais concedidos à Empresa Cervejaria Kaiser do Brasil Ltda, objetivando a instalação de sua fábrica em Ponta Grossa?

2) Quais os termos do acordo assinado entre o Governo do Paraná e a Cervejaria Kaiser do Brasil Ltda?

3) Qual a participação do Município de Ponta Grossa, no acordo definido entre o Governo do Estado e Kaiser do Brasil Ltda?

4) Qual a legislação que embasa o acordo entre o Estado e a Kaiser, bem como a que possibilitou os benefícios fiscais concedidos à Empresa Kaiser?

Sala das Sessões, em 24.05.95

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
Deputado Estadual"

O Sr. Jocelito Canto - Me concede um aparte?

(Assentimento)

Estou até estranhando. Aliás, não es-

tou estranhando. O Requião saiu do Governo mas deixou, aqui, com todo respeito à sua pessoa, o Requião II. O Requião durante seis anos ou durante o seu Governo, impediu a construção da Kaiser em Ponta Grossa. Durante todo esse período ele não atendeu a Kaiser. Ele não conversou com a Kaiser. Ele foi para a praia descansar na casa do Governo e não atendeu os Diretores da Kaiser.

Se o Requião quisesse, Deputado, quem sabe a Kaiser já estaria dando emprego, hoje, pelo menos na mão-de-obra da construção de sua fábrica. Mas infelizmente, não o fez. Alegando tais fatos como V. Exa. alega agora de que quer saber quanto tempo vai dar. Eu daria cinquenta anos, se fosse Governador, de isenção, para construir uma fábrica em qualquer lugar do Paraná. Porque não se pode pensar só em imposto. Deve-se pensar, principalmente, no emprego. Porque por causa de tendências políticas como essa do passado, a Cidade de Ponta Grossa não tem emprego. As cidades do Paraná estão sem emprego porque não se abre um caminho para se levar empresas que precisam de benefícios para se instalar. Muitas cidades deste Paraná e deste Brasil estão oferecendo não só isenção de impostos, mas outras infra-estruturas. E acho que é por aí o caminho para arrumar emprego. Precisamos de emprego. Também vejo Londrina, Londrina está vindo a Pepsi. Não ouvi V. Exa. falar. A Pepsi está se instalando lá, também.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Também ouvi falar que a Pepsi está recebendo benefício fiscal.

O Sr. Jocelito Canto - Deputado, ouvi falar, para mim, é coisa daquilo que repudiei outro dia: fofoca política que é coisa de judas, que eu, outro dia, disse aqui nessa Assembléia. Para finalizar o seu aparte, acho que o Senhor está traíndo os votos que V. Exa. recebeu em Ponta Grossa e que foram lhe dados porque o Senhor era Secretário de Estado e lá fez algumas obras por Ponta Grossa. Lamento profundamente quando o Senhor pede informações a um Governo sério, que não empurrou com a barriga, que não brincou de ser Governador e que levou a sério agora, a partir de agora a instalação dessa fábrica. Agora, pode ter certeza de uma coisa, Deputado Romanelli, tão logo inaugure a Kaiser, vou lhe convidar para o Senhor ver quantos empregos vai dar e quantas pessoas vão parar de passar fome.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Na verdade é o seguinte, o Deputado Jocelito não é o porta-voz do Governo Lerner, mas segu-

ramente é o...

(Conversas paralelas)

Vossa Excelência deve ser o porta-voz do Governo, Vossa Excelência me respeite porque não sou moleque, subi nesta tribuna para colocar uma questão de relevância para o Estado. Vossa Excelência me respeite. Queria dizer ao Senhor o seguinte: o Senhor devia conhecer, se o Senhor não tivesse chegado ontem em Ponta Grossa, conhecer a história daquela Cidade. O Deputado Zuk, quando Prefeito, conseguiu instalar, tiraram de Londrina, Deputado Alborghetti, a indústria de óleo, que temos instalado, hoje, em Ponta Grossa que foi graças a visão de Prefeitos de Ponta Grossa que geram empregos.

Vossa Excelência, infelizmente, é profundamente desconhecedor da matéria. O que me restringe, quero conceder o aparte ao Deputado Cezar Silvestri, é um pedido de informações sobre o benefício fiscal.

O Sr. Cezar Silvestri - Acredito que V.

Exa. quando fala com relação aos benefícios fiscais, tivemos oportunidade na legislatura passada de aprovar uma Lei de autoria do nobre Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, que dá incentivos fiscais. Talvez o seu pedido de informações seria com relação da legitimidade de se dar incentivo sem que passasse pela Assembléia Legislativa, onde sou obrigado a concordar plenamente com V. Exa.. Mas o que eu posso lhe dizer é o seguinte: se por acaso o Governador Jaime Lerner mandar uma Mensagem para a Assembléia Legislativa pedindo autorização para a Assembléia para dar incentivos fiscais, tenho certeza que de minha parte, tenho certeza que da grande maioria dos Deputados ele terá total apoio.

Sofremos isso na carne, Deputado Romanelli, com relação a uma grande empresa que estava para se instalar em Guarapuá, uma empresa chamada Avipal, uma empresa que tem sede em Porto Alegre, onde tem vontade, inclusive, é um sistema de integração com frangos que seria extremamente benéfico aos pequenos produtores da nossa região. Infelizmente, por falta inclusive de uma legislação que desse possibilidade do Governo dar incentivos fiscais, não tivemos essa empresa instalada na nossa região. Em vários outros Estados, como Santa Catarina, Goiás deu essa possibilidade. Já temos essa lei, que foi de autoria do Deputado Anibal Khury, dando incentivos. Acho que deve ser mais ampla inclusive, se o Presidente, se o Governador Jaime Lerner, mandar uma Mensagem para esta Casa pedindo autorização para dar incentivos fiscais, se por cinco ou dez anos, tenho

certeza, de público já declaro o meu voto favorável, porque acho que o Paraná precisa realmente ter uma legislação mais flexível nesse sentido para atrair novas indústrias para o nosso Estado.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Ilustre Deputado Romanelli, na legislatura passada estivemos por diversas vezes na sua Secretaria junto com o Prefeito de Ponta Grossa, que não pertencia, como nós, ao seu Partido. E sempre, naquelas oportunidades, tivemos a satisfação de ver a extensão do Governo do Estado, oferecendo através da sua Secretaria, a parceria para construção de inúmeras e diversas obras que realmente era do interesse do Estado e do Município de Ponta Grossa. Então, a parceria durante a sua passagem pela Secretaria de Habitação foi muito benéfica à nossa Cidade, à nossa Região, ao Vale nosso ali da fome, reserva, Cândido de Abreu, Ipiranga, que lhe rendeu realmente os tributos auferidos naquilo que a consciência de cada um escolhe o voto a ser dado.

Mas queria alertar o ilustre Deputado Luiz Cláudio Romanelli, que ontem tão somente foi protocolado uma intenção, um protocolo de intenção de instalação da Kaiser em Ponta Grossa. O que quer dizer isto? Que somente, lá na frente, quando este protocolo de intenção tiver o andamento que merece é que efetivamente teremos a mesma oportunidade deste seu requerimento, que o Senhor tem todo o direito. E acredito que nosso Líder do Governo, Algaci Túlio, lhe trará, em mãos a posição do Governo do Estado, no que concerne a efetivação daquele protocolo de intenções. Se o Governo atual não dispõe de uma legislação a ser concedido aquele protocolo de intenções que V. Exa. relata através da Indústria e Comércio na pessoa do ilustre Presidente da Kaiser e do Secretário Kallil, somos testemunhas que a alíquota do ICMS do vizinho Estado de Santa Catarina é realmente menor do que no Estado do Paraná. E diversos outros. V. Exa. tem razão, acredito que no andamento, haveremos de encontrar a sua posição respeitada e o Governo do Estado realmente interessado no assentamento e novas indústrias que também é seu propósito, mas principalmente respeitando a Lei e dando a oportunidade aos paranaenses.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, para concluir, quero dizer o seguinte: que esta questão não é para ser discussão emocionalizada. Vim na tribuna apresentar um Requerimento, um Pedido de Informações sobre uma questão da maior importância para nós, paranaenses, que é a implantação de empresas. Estamos lutando para gerar empregos e trazer empresas,

agora não poderemos encaminhar este Requerimento porque se for o caso, esta Casa deve e pode se manifestar sobre o assunto, agora temos que fazer isso dentro da ordem legal de nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de falar sobre um assunto de fundamental importância. Hoje pela manhã fomos procurados por vários trabalhadores da FERROESTE. Eles são alguns de Ponta Grossa e vieram até o nosso programa de rádio e até nós, como Deputado, saber porque é que não estão recebendo seus salários. Não sei se os nobres companheiros sabem, mas existem muitos trabalhadores que construíram a FERROESTE e estão sem receber. Tiveram que entrar na Justiça.

Então, gostaria, nesta tarde, até de trazer este assunto para ser debatido, e na sequência, esta Casa se pronunciasse a respeito deste fato.

E me preocupo com este fato, porque o que precisamos, neste Paraná, é emprego, mesmo que o Deputado Romanelli queira saber quanto é que o Governo ofereceu para construir uma empresa, em Ponta Grossa, gostaríamos de saber e também de discutir a situação destes empregados da FERROESTE que estão sem receber, quais os motivos que levaram a acontecer isso. Gostaríamos de debater o assunto, porque o trabalhador que trabalhou, merece receber.

E o segundo assunto, Deputado Romanelli, fala de Ponta Grossa e fala da Cervejaria Kaiser. Em primeiro lugar, acho que a coisa mais importante para um município, para uma cidade que quer crescer, é ela ter oportunidade de emprego, e a Cidade de Ponta Grossa quer crescer, precisa de emprego, precisa colocar aqueles quatro anos passados e até diria discriminados do Governo passado, precisa colocar para frente, adiante, precisamos reaver aqueles quatro anos que não ganhamos absolutamente nada em Ponta Grossa, poucas coisas, muito pouco.

O Sr. Caíto Quintana - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Olha Deputado Jocelito, tenho profunda alegria quando se discute nesta Casa assuntos de importância do nosso Estado do Paraná. Não gosto, sinceramente não gosto, como Parlamentar, que não faço alusões como Vossa Excelência está fazendo, que desvirtua qualquer discussão que se faz aqui.

Não quero aqui enumerar obras que eventualmente, mais ou menos do que a von-

tade de Ponta Grossa, essa cidade tão importante dos nossos Campos Gerais onde mora a minha sogra, os meus cunhados, familiares, mas muitas coisas foram feitas em Ponta Grossa, talvez menos do que Ponta Grossa mereça. Citaria, por exemplo, uma extraordinária obra de um trevo de acesso em Ponta Grossa, que Vossa Excelência está desconsiderando e ganha tempo.

Agora, Deputado Jocelito, concordo com a posição de alguns Parlamentares aqui, incentivos fiscais, Deputado, é questão a ser discutida. Não dá para perder a expectativa de que incentivos fiscais são recursos que deixam de entrar no Tesouro para a aplicação de programas. O próprio Governador Lerner, Deputado, seguramente não terá condições de oferecer incentivos fiscais e recursos públicos para empresas privadas, sem uma análise profunda de caso a caso no retorno que trata ao Paraná.

No Sudoeste do Paraná, Deputado, temos, para não citar empregos, temos aproximadamente vinte e cinco mil pessoas que vivem direta ou indiretamente de calçamento de pedra irregular, onde 70% desses calçamentos é mão-de-obra. Estão gerando alimentos para família, e esses calçamentos estão paralisados por falta de recurso.

Portanto, Vossa Excelência analise como um todo a questão. Estamos dispostos a analisar a questão do incentivo da Kaiser em Ponta Grossa, aliás, há três anos atrás, essa discussão roda e até hoje a Kaiser não pôs em outro Estado do Brasil, sabe por quê? Porque o Estado do Paraná é o que oferece as condições para ela colocar. É aqui que eles querem colocar, e me proponho a discutir isso com profundidade, e se necessário, se for vantajoso para o Estado do Paraná, votar a favor, mas sem as ilações de Vossa Excelência e sem as gracinhas de Vossa Excelência sobre o Governo anterior que Vossa Excelência não conhece e não é capaz de enfrentar um diálogo sobre ele.

O SR. JOCELITO CANTO - O Governo passado eu conheço. Foi nesse mesmo posto Presidente que tivemos um embate com Vossa Excelência e o Governador do Estado do Paraná, e que conhecemos a postura dele. Fui diversas vezes junto com ele e conheço a postura desse Governo.

O Sr. Caíto Quintana - O Senhor não sabe nem o que foi feito por Ponta Grossa.

O SR. JOCELITO CANTO - Muito pouco do que ela merece, pode ter certeza disto. Em relação a outras cidades, muito pouco do que ela merece.

Mas, nobre Deputado Plauto, já lhe permito o aparte. Acho melhor se ter uma

empresa na cidade, se não tiver, ela não tem impostos. Se não tiver a empresa, como vai gerar impostos. Se o Governo não der o incentivo, ela não se instala. Se não tiver a empresa, como vai cobrar o imposto. É melhor dar o que a empresa quer para construir a empresa.

O Deputado Caíto fala, e citou agora que ela quer ficar em Ponta Grossa, mas o Deputado Plauto até pode confirmar que está mais por dentro do assunto. A Kaiser já era para ter se instalado em Ponta Grossa e está construindo fábrica antes da nossa que era para ser feita em Ponta Grossa. E quem perdeu com isso? O Deputado Romanelli? Não. O Deputado Caíto? Não. O Deputado Jocelito? Não. Foi o trabalhador de Ponta Grossa.

Permito um aparte ao Deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró Guimarães - Nobre Deputado Jocelito Canto, chego um pouco atrasado na discussão. Quando o Deputado Romanelli subiu à tribuna para dizer que está apresentando um requerimento pedindo informações sobre a Kaiser. Algumas coisas eu acompanhei, Deputado Romanelli, Deputado Jocelito, Deputados dessa Casa, na negociação do dia-a-dia da Kaiser. Essa novela começou no meio do Governo Requião, onde a indústria Kaiser pedia uma dilação do prazo do ICMS, de uma linha de financiamento para um banco oficial, o BRDE ou o BANESTADO, ou qualquer banco oficial, e pedia também a diminuição do ICMS, de 24% que era o valor do ICMS cobrado no Paraná, sendo que era o Único Estado da União que cobrava 24%, pedindo para baixar e nivelar de acordo com os outros Estados do Brasil.

Foi esse o pedido e a reivindicação da indústria Kaiser para o Governador Requião na época e onde o Requião radicalizou a posição, não só da Kaiser como da própria "Da Granja", de Guarapuava, que o Deputado Cezar Silvestri acompanhou, e disse "não". Não viabilizou, não quis conversar. Para mim, pessoalmente, falou que não ajudava uma indústria multinacional, porque a Kaiser é da Paraná Refrigerantes, é da Coca-Cola, enfim, ele tem a linha de pensar diferente e o Governo Jaime Lerner, pensa diferente, porque no compromisso de campanha, andando no nosso Estado do Paraná, sente-se que a população precisa de emprego, precisa trabalhar para poder alimentar os seus filhos e ele designou o Secretário para que fizesse a negociação junto com a Indústria Kaiser, que a sede é no Município de Campinas, Estado de São Paulo e lá desenvolveu a negociação e chegaram a um acordo, rapidamente, em cinco meses.

O Governador Jaime Lerner assinou ontem a intenção, junto com a diretoria da Kaiser, viabilizando a instalação.

O que posso dizer, é que o que foi pedido pela indústria, foi isso. Agora, o que foi cedido, sinceramente, não sei. E mais, o Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, no ano que se passou ou há dois anos atrás, aprovou aqui, dentro desta Casa, uma lei que incentiva a instalação de novas indústrias, dentro do território paranaense. Quem sabe, usaram a lei que o Deputado Anibal Khury aqui aprovou, de sua autoria, para viabilizar a instalação da indústria Kaiser no solo paranaense.

E mais, peço a Vossa Excelência que entre com um pedido de informações, sobre o qual o incentivo que a Pepsi teve para se instalar no solo de Londrina, no solo paranaense também e lá ela instalou-se e divulgou que o Prefeito de Londrina (?). Informe-se também sobre quais os incentivos que o PT deu para a instalação de uma multinacional dentro do nosso Estado do Paraná.

A Kaiser é nossa, é de Ponta Grossa e parabéns, Governador Jaime Lerner.

O Sr. Valdir Rossoni - Vossa Excelência me permite um aparte?
(Assentimento)

Agradeço o aparte, mas até para aproveitar, porque não quero entrar na polêmica da questão da Kaiser, porque todo incentivo é discutível, mas até para responder ao eminente Deputado Caíto Quintana, sobre aspectos irregulares. Estar querendo justificar a implantação de uma indústria, em cima de uma outra questão.

Esta questão da pedra irregular, gostaria de marcar uma data com o Deputado Caíto Quintana, para discutirmos aqui, discutirmos sim o orçamento da Secretaria de Transportes, quando todos sabemos que deixaram mais de cem milhões de reais só em convênios assinados, que foram assinados e que agora o Governo Jaime Lerner tem que pagar e não tem o dinheiro. Essa questão de aspectos irregulares, gostaria de discutir essa questão, numa próxima oportunidade.

O SR. JOCELITO CANTO - Concedo aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Na verdade, é o seguinte: V. Exa. discute uma questão que é da maior importância para o nosso Estado, emocionalizado. Sei qual é a sua intenção.

O SR. JOCELITO CANTO - Sou bairrista.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Aliás, do ponto de vista de Ponta Grossa, novo bairrista, porque V. Exa. faz pouco tempo que chegou àquela Cidade.

O SR. JOCELITO CANTO - Fiz dezessete mil votos, lá.

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli - Há dois anos e pouco em Ponta Grossa. O Requião já era Governador, quando o Senhor chegou a Ponta Grossa. Mas, na verdade, queria dizer ao Senhor o seguinte: Vossa Excelência discute uma questão que é da maior importância para o nosso Estado, emocionalizado.

Tenho direito, como Deputado Estadual, de vir à tribuna desta Casa e utilizando os instrumentos regimentais e obter as informações, se esta Casa aprovar - um pedido de informações. Muito bem disse o Deputado Plauto, aqui. O ilustre e eminente Presidente desta Casa - Anibal Khury, fez uma lei que incentivava, do ponto de vista fiscal, empresas que se instalassem no Paraná. O que quero saber é o seguinte: se é a lei que foi votada nesta Casa e promulgada pelo Governador Requião que o Governador Lerner está utilizando para trazer a Kaiser para Ponta Grossa? Quero saber que instrumento legal o Governo do Estado está utilizando. Se o CONFAZ que estabelece a política fazendária concorda com renúncia fiscal, que pelo que a "Folha de Londrina" diz, que a isenção e a isenção para o senhor ter uma idéia, nos valores que estão aqui são elevadíssimos, que, seguramente dariam para pagar todos os convênios e pedras irregulares que o Deputado Rossoni disse.

Somos a favor do emprego e somos a favor, na verdade, de indústrias que geram e transformam o produto que o Paraná produz. Agora, a Kaiser optou por Ponta Grossa porque Ponta Grossa é um entroncamento rodoviário, com mão-de-obra qualificada e ela é bem definida estrategicamente. Porque os mercados que ela quer atender é do Paraná, Norte e Oeste de Santa Catarina. Por isso que ela vai se instalar no Paraná de qualquer forma. E Ponta Grossa, estrategicamente, é a melhor cidade. O que queremos saber é qual o custo que o governo está pagando por isso?

Precisamos rediscutir a lei que permite a venda das ações da COPEL, que hoje está com valor patrimonial elevado e que não permite a venda. Reduzimos o valor, mas vamos aplicar 50% dos recursos não em construção de estradas que pode se contratar financiamento e me disponho aqui a aprovar o financiamento. Mas vamos pegar esse dinheiro, 700, 750 milhões de dólares e investir em emprego no nosso Paraná. Por que não fazemos isso?

O SR. JOCELITO CANTO - Só gostaria de destacar, Deputado Romanelli, que o Governador Jaime Lerner está preocupado em produzir emprego. Acho que foi essa a tá-

tica que ele usou: emprego e como lá tínhamos condições de instalar esta fábrica, ele está criando a isenção que é necessária. Por mim poderia isentar 50 anos, interessante que traz emprego para Ponta Grossa e se não tiver o apoio do Governo certamente a fábrica não se instalaria lá não. E se instalando lá, teoricamente nós teremos quase mil empregos.

Só gostaria de dizer que acho que o pronunciamento de Vossa Excelência significa que é uma derrota de alguém que podia ter realizado e não realizou. E agora quando alguém vai e realiza, sente-se infeliz por não ter realizado aquilo que deveria ter feito.

O Sr. Algaci Túlio - Me concede um aparte? (Assentimento)

Só para dizer que o Governador está consciente daquilo que fez, evidentemente orientado pelo Secretário da Indústria e Comércio e Desenvolvimento e que, evidentemente, em acordo com o Secretário de Finanças. Acho que o Paraná está ganhando uma grande empresa que volta à sua cidade natal. Da mesma forma como Londrina ganha a Pepsi-Cola e por sinal há um artigo interessante, hoje, do Prefeito de Londrina: "Uma Pepsi - obrigada!"

Então acho que de repente se trava uma discussão: se não faz é porque não fez. Se faz é porque há uma desconfiança. Primeiro é preciso acreditar na pessoa do Governador Jaime Lerner que está fazendo pelo Paraná, está fazendo bem feito e para ajudar a melhorar este Estado não pode mais continuar sendo apenas um Estado que vive da agricultura. Ele tem que ter outras maneiras de arrecadar impostos e gerar emprego. E é essa a política do Governador Jaime Lerner.

O SR. JOCELITO CANTO - Para finalizar gostaria de convidar o Deputado Romanelli e o Senador Requião, para tomar uma Kaiser lá na inauguração da Kaiser daqui uns dois ou três anos.
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Angelo Vanhoni, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, solicitando justificativa de faltas para o Senhor Deputado Irineu Colombo, nos dias 23, 24 e 25 do corrente mês, pelo motivo do mesmo participar no Processo de Cassação da Prefeita em Vila Alta - PR, e

da campanha "277 - Duplicar Já" em Medianeira e Região Oeste do Paraná. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de Decreto Legislativo, de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente, devidamente apoiado. **A Diretoria Legislativa.**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Comissão Executiva e a Mesa da Assembléia, através do Projeto de Decreto Legislativo nº 95, indica o nome do Doutor Henrique Neighboren para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. A Mesa designa comissão prevista no artigo 216 do Regimento Interno, Senhores Deputados Algaci Túlio, Eduardo Trevisan, José Tavares, Elio Rusch e Cesar Seleme. A comissão será presidida pelo Deputado Algaci Túlio e terá como relator o Deputado José Tavares, que deverá fazê-lo em três dias.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Augustinho Zucchi e Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1379, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 105/95, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Prejudicado.

O SR. PERICLES MELLO (Para discutir) - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Quero inicialmente explicar do que trata esse projeto de lei, talvez isso contribua para que o Deputado Algaci Túlio desista do seu requerimento, porque o Poder Executivo remeteria um projeto semelhante a esta Casa por reivindicação dos Reitores.

Vou explicar rapidamente do que se trata. Quando foi instituído o Regime Único para os professores do Magistério de nível superior do Paraná, das faculdades estaduais e universidades, havia dois regimes de carreira: um, para os professores CLT, e outro, para os professores estatutários. Como todos os professores passaram a estatutários, automaticamente se estendeu também o plano de carreira de ascensão funcional, de acordo com o que vem aconte-

cendo com os estatutários.

Ora, os Reitores, entidades e professores das universidades pediram então ao Governo que desse um prazo para essa adequação, e durante esse prazo, as universidades forneceriam ao Executivo um novo plano de carreira. Pois bem, foi dado esse prazo, as universidades entregaram ao Governo do Estado esse novo plano de carreira, o Governo do Estado nada fez. Esgotou o prazo sem que fosse regulamentado o plano de carreira do magistério.

Por reivindicação, novamente das universidades, o Governador Mário Pereira prorrogou o prazo, mas não regulamentou a lei. Esse prazo encerrou no passado e muitos professores, centenas de professores, estão perdendo a sua promoção pelo encerramento do prazo da regulamentação da carreira.

Então, o que estamos fazendo na verdade é prorrogando esse prazo; nesse período, os professores serão promovidos pela lei antiga, e durante esse mesmo período o Governador deverá remeter a esta Casa um novo plano de regulamentação para os professores de ensino superior.

De tal forma, Deputado Algaci Túlio, que entendo que não há nenhuma objeção do Governo do Estado a que esse projeto seja aprovado. A informação das universidades é que os Reitores já haviam se dirigido ao Governador Jaime Lerner, que havia concordado com essa prorrogação.

Então, pediria ao Deputado Algaci Túlio que retirasse o pedido de vistas de prorrogação de votação, caso contrário, peço aos Deputados que rejeitem o pedido do Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento do Deputado Algaci Túlio. Senhores Deputados que aprovam o adiamento por dez Sessões, conservem-se como estão.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Verificação de votação, Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Os que rejeitam, levantem-se, 3 Deputados aprovam, 11 rejeitam, não há "quórum" para prosseguimento da Sessão e nem para votação.

Requerimento nº 1381 de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Retirado pelo autor.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 25, às dez horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs: 105, 126 e 131/95.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
13ª LEGISLATURA - 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e cinco reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões a Comissão de Saúde Pública, presidida pelo Senhor Deputado Luiz Accorsi e contando com a presença dos seguintes Deputados, Jocelito Canto, Samis da Silva, Basílio Zanusso e Orlando Pessuti. Não havendo expediente a ser lido passou-se a Ordem do Dia 01) Projeto de Lei nº 121/95 de autoria do Deputado José Tavares. Com Parecer do Deputado Jocelito Canto FAVORÁVEL - APROVADO, 02) Projeto de Lei nº 008/95 de autoria do Deputado Florisvaldo Fier. Com Parecer do Deputado Samis da Silva FAVORÁVEL - APROVADO, 03) Projeto de Lei nº 078/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Simões. Com Parecer do Deputado Luiz Accorsi FAVORÁVEL - APROVADO, 04) Projeto de Lei nº 079/95,, de autoria do Deputado Antônio Annibelli. Com Parecer do Deputado Luiz Accorsi FAVORÁVEL - APROVADO, com VOTO CONTRÁRIO do Deputado Orlando Pessuti. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Osmar Prestes, Secretário da Comissão.

(aa) LUIZ ACCORSI
Presidente
Osmar Prestes
Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS
DE PARANAGUÁ E ANTONINA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de maio de um mil, novecentos e noventa e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a mesma, estando presentes os seguintes membros Deputados: Algaci Túlio, Florisvaldo Fier, Reny Borsatto, Eduardo Trevisan e Augustinho Zucchi. havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos. O Senhor Deputado Florisvaldo Fier solicitou a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Em seguida, o Senhor Presidente leu os ofícios expedidos pela Comissão e já encaminhados às autoridades destinatárias. O Senhor Presidente sugeriu como or-

ganograma dos trabalhos o seguinte: coleta de material, análise do mesmo, visita aos Portos e depoimentos. A sugestão foi acatada pelos presentes. o Senhor Deputado Florisvaldo Fier, pedindo a palavra, fez a sugestão que o prazo para as duas primeiras etapas do organograma não ultrapasse 60 dias. Os demais membros posicionaram-se favoravelmente àquela sugestão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente marcou a próxima reunião para o dia 11 do corrente mês, sendo essa extraordinária com o fim de receber a documentação a ser entregue pela Ouvidoria Geral do Estado. Nada mais tendo a discutir, o Senhor Presidente encerrou a reunião, da qual para cumprir seus efeitos legais e regimentais, eu Idília Débora Gineste, secretária "ad hoc", lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Deputado Algaci Túlio, demais Deputados membros presentes e por mim.

(aa) ALGACI TOLIO

Presidente

Idília Débora Gineste

Secretária "ad hoc"

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SANEPAR

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito da SANEPAR, sob a Presidência do Deputado José Maria Ferreira e contando com as presenças dos Deputados Plauto Miró Guimarães, Luiz Cláudio Romanelli, Eduardo Trevisan, Albanor Gomes, Florisvaldo Fier, Walmor Trentini, membros da CPI, e dos Deputados Luiz Carlos Zuk, 1º vice-Presidente e Valdir Rossoni, especialmente convidado. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando em seguida a palavra ao Deputado Valdir Rossoni, que na qualidade de autor do requerimento para a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, relatou as razões que o motivaram a requerer a CPI e apresentou documentação de 15 folhas de uma face sobre o assunto. Em seguida foi aprovado o calendário de trabalhos apresentado pelo Deputado Eduardo Trevisan, relator da Comissão. Na sequência, o Senhor Presidente abriu a palavra aos Senhores Deputados, quando foram debatidos vários assuntos concernentes aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente

ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA

Presidente

Severo Olímpio Sotto Maior

Secretário

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO BINGOS ATA DE INSTALAÇÃO

Aos quinze dias do mês de maio do ano de um mil, novecentos e noventa e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito constituída para apurar possíveis irregularidades nos Bingos estabelecidos em nosso Estado, sob a presidência, na forma regimental, do Deputado Luiz Carlos Zuk, e contando com as presenças dos Deputados José Tavares, Caíto Quintana, Jocelito Canto, Reny Borsatto e Antonio Annibelli. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, instalando a Comissão, passando em seguida para eleição de Presidente e vice-Presidente. Procedido o sufrágio, foram eleitos de forma unânime os Deputados Caíto Quintana e Jocelito Canto para Presidente e vice-Presidente, respectivamente. Ao assumir o cargo para qual eleito, o Deputado Caíto Quintana agradeceu a deferência e a confiança de seus Pares e fez uma explanação dos motivos que o levaram a requerer a constituição da CPI. Na sequência convidou o Deputado Valdir Rossoni para relatar os trabalhos, que pediu um prazo para responder. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olímpio Sotto Maior, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) CAÍTO QUINTANA

LUIZ CARLOS ZUK

JOSE TAVARES

ANTONIO ANNIBELLI

VALDIR ROSSONI

EMERSON NERONE

RENY BORSATTO

JOCELITO CANTO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PORTOS

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de maio de um mil, novecentos e noventa e cinco, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se extraordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Portos sob a presidência do Deputado Algaci Túlio. Na oportunidade

foi entregue pelo Doutor João Elias de Oliveira, Ouvidor Geral do Estado, relatórios das auditorias realizadas na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. A entrega foi realizada na presença de representantes de vários órgãos da imprensa paranaense, que aproveitaram a oportunidade, depois que o Senhor Presidente abriu a palavra, e fizeram várias perguntas ao Ouvidor Geral e aos Senhores Deputados. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente

Curitiba, quarta, em 24.05.95

encerrou os trabalhos dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO

Presidente

SEVERO OLIMPIO SOTTO MAIOR

Secretário